

TEMPO DE AGIR!



TEMPO DE AGIR | VENCER O FUTURO

MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA

2020/2022



PRIMEIRO SUBSCRITOR:

MIGUEL OLIVEIRA PIRES
DA COSTA MATOS



JUVENTUDE
SOCIALISTA

VENCER O FUTURO



índice

- 01** CARTA DO CANDIDATO
- 02** AGIR por nossas mãos
- 03** AGIR por uma resposta de Esquerda à crise
- 04** AGIR por um planeta sustentável
- 05** AGIR para defender a democracia
- 06** AGIR pelo direito à saúde mental
- 07** AGIR por uma sociedade em igualdade e de direitos
- 08** AGIR por mais Políticas de Juventude, Associativismo e Cultura
- 09** AGIR por uma digitalização justa
- 10** AGIR por um território coeso
- 11** AGIR no poder local
- 12** AGIR pelo progresso global
- 13** AGIR por uma autonomia valorizada
- 14** AGIR POR UMA JS DE CAUSAS

01 CARTA DO CANDIDATO

CARXS CAMARADAS,

ESTE É O NOSSO TEMPO DE AGIR! Atravessamos um período sem igual na nossa história, não só pela pandemia e o seu impacto devastador na economia e na sociedade mas pela sua coincidência com uma emergência climática que ameaça as nossas condições de vida e uma democracia em crise, com a ascensão de uma extrema-direita bafienta a marcar o eclodir de décadas de descrédito da política partidária.

O momento convoca-nos a transformarmos o mundo por nossas mãos. É em contextos como este que deixa de ser clichê a ideia de que os socialistas são mais necessários do que nunca. Além do mais, a audácia da nossa ação política pode mesmo ser o antídoto para muitos dos males que atravessamos.

A Juventude Socialista foi protagonista de sucessivas e profundas mudanças sociais no nosso país. Essa tradição reformista é uma história de luta que sempre extravasou os limites do institucionalismo partidário. Próximos do terreno e dos jovens, ligados aos movimentos sociais e associativos, irreverentes na propositura e na comunicação, a JS encontrou no ativismo a sua melhor expressão de militância.

É a nossa vez de assumir esta luta e fazer da Juventude Socialista a casa comum de todos aqueles que tomam nas suas mãos a missão de construir uma sociedade mais livre, igual, justa e sustentável. É desse mundo que vos queremos falar nesta Moção Global de Estratégia e no Programa Político a que lhe juntamos.

Vencer o Futuro não é tarefa fácil. Não poderemos fazer a diferença da vida da nossa geração sem mobilizar a criatividade e determinação da nossa comunidade de ativistas. Por isso quisemos fazer desta Moção o mais participada possível. Realizámos 8 fóruns, participados por 272 pessoas diferentes durante mais de dezoito horas de discussão. Trabalharam nestas ideias 13 grupos setoriais envolvendo mais de uma centena de militantes. Quero agradecer a todos na pessoa do Pedro Vasconcelos Almeida, o nosso Coordenador da Moção Global de Estratégia.

Juntos vamos fazer deste **TEMPO DE AGIR** o movimento de transformação da nossa sociedade por que ansiávamos.

SAUDAÇÕES

JOVENS SOCIALISTAS,

MIGUEL COSTA MATOS

Militante n.º 102.997

Candidato a Secretário-geral

VENCER O FUTURO

02

AGIR POR NOSSAS MÃOS

Ninguém esperava o ano de 2020 que vivemos. Era impossível antecipar que uma pandemia nos confinaria às nossas casas e mergulharia a economia mundial numa crise sem precedentes. Foi um ano diferente que nos obrigou a digitalizar as nossas vidas, desde o emprego à participação política.

A pandemia veio interromper a recuperação das crises de 2008 e 2011. A partir de 2016, Portugal viveu os seus primeiros 3 anos de convergência económica com a União Europeia desde a adesão ao Euro, avançando não só mais como também melhor emprego. O rendimento disponível regressou ao mesmo nível de poder de compra de 2010 e os serviços públicos começavam a sarar de cortes muito profundos. Tudo isto enquanto o défice instável tornou-se num superávit credível, conciliação que a direita apelidou de “aritmeticamente impossível”.

Somos uma geração vítima das contradições do sistema capitalista, que provoca crises e perpetua desigualdades. A crise económica

e social do final da última década, produto da especulação financeira e imobiliária, levou a que uma geração visse os seus sonhos adiados e a sua existência marcada por um brutal aumento das desigualdades socioeconómicas e pela precarização do mundo laboral. **A nossa geração sofre agora pela segunda vez uma crise económica e social** provocada pela maior crise epidémica dos últimos cem anos, ao mesmo tempo que enfrenta uma crise climática produzida pela sobreexploração dos recursos do planeta que ameaça a nossa existência.

Hoje, somos convocados na resposta a esta crise económica e social a fazer diferente do que se fez na anterior crise. Até o FMI reconhece o fracasso da austeridade, que alguns implementaram com gosto e por excesso, e valoriza o papel do investimento público enquanto alicerce não só da procura, como também de melhores condições para as empresas singrarem.

VENCER O FUTURO



Para qualquer jovem socialista, o primeiro objetivo nos próximos dois anos é vencer a crise económica e evitar uma repetição do que a anterior crise representou. Não queremos voltar a perder meio milhão de familiares, amigos e vizinhos para a emigração, nem desperdiçar o talento de tantos que deixam de ou nunca começam a estudar.

Para isso os socialistas terão de permanecer fiéis aos seus valores e a Esquerda terá de persistir no diálogo que, contra as expectativas de tantos e as diversas adversidades, permitiu 4 anos de estabilidade, reformas e crescimento. **A candidatura que assumimos à liderança da Juventude Socialista é inequivocamente a favor da Geringonça e da sua urgente renovação.** Hoje a intransigência irresponsável de uns é não só causa de alegria para todos os que dela duvidaram, como é, sobretudo, causa de incerteza para muitos que precisam da Esquerda para vencer a crise, salvar o planeta e defender a democracia.

A relevância do processo de convergência dos últimos anos não é, contudo, meramente conjuntural. É símbolo de democracia, do valor intrínseco e da capacidade real de discussão e convergência, onde ninguém é dono da razão. Sobretudo, é estrutural, não só pela diferença que fez na vida de tantas pessoas mas também porque confirmou para a nossa e para todas as gerações a abertura de um

horizonte de ação, em que «quem decide é a vontade», a que agora só se furta quem se quer eximir de responsabilidades.

Hoje há quem queira equiparar a construção conjunta de alternativas no quadro da nossa Constituição a uma barganha que oferece uma revisão constitucional a troco do apoio parlamentar de um partido de extrema-direita com propostas racistas, machistas e xenóforas. Na Juventude Socialista, não aceitamos falsas equivalências.

Não podemos, nem iremos, resignar-nos com a ascensão da extrema-direita nem demitir-mo-nos de convencer eleitores cujos valores presumimos não partilhar. A política é uma constante batalha de ideias em que não há vazios. Este é também o **TEMPO DE AGIR** por uma desforra na batalha de ideias, invertendo o dano dos socialistas terem desertado da batalha contra a criação de um mercado desregrado.

Nascida no seguimento da queda do Muro de Berlim, a ilusão do Fim da História, da perpetuidade da paz e da prosperidade económica alcançada através de “mercados livres” começou a ruir desde o início do século, tendo colapsado por completo em conjunto com a queda do “muro” de Wall Street em 2008. Não era, então, a credibilidade do Estado mas a autoridade do mercado que estava posta em causa.

VENCER O FUTURO



Neste período, deixámos de ser cidadãos para passarmos a ser consumidores e permitimos que o poder político fosse capturado pelo poder económico. A Globalização trouxe-nos avanços extraordinários, mas a sua expansão vertiginosa, sem mecanismos de regulação, levou à desindustrialização, ao dumping social, à financeirização da economia, ao mesmo tempo que abdicámos de defender o Estado Social, um Estado interventivo e forte. Deixámos, assim, que a desigualdade, a precariedade laboral e um elevador social paralisado corroessem a economia e a democracia.

Foi neste contexto que o projeto de sociedade da Terceira Via se esgotou. Urge reformarmos o nosso sistema económico, relançando o modelo social que garantiu a prosperidade e o bem-estar necessários à consolidação das classes médias no século passado. Mesmo que, porém, as contradições internas do capitalismo não o tivessem implodido em 2008, a negligência para com os mais vulneráveis da sociedade, julgando-os cativos à esquerda, revelaram-se, a prazo, fatais.

O Partido Socialista tem uma missão convictamente reformista - de transformar o mundo por nossas mãos. Muito antes dos que hoje se apelidam de anti-sistema, eram os socialistas que lutavam contra um sistema político que lhes negava sufrágio universal e direitos sociais, contra um sistema

económico que lhes negava dignidade e por um Estado Social que foi, na sua génese, uma ideia radical.

Também em Portugal, podemos-nos orgulhar dessas credenciais, sem qualquer receio de ser incompatível com o facto de termos governado ao longo de 20 dos últimos 40 anos. Governo após governo, foi o PS quem teve coragem de enfrentar interesses instalados e reformar - desde a criação do SNS ao fim das subvenções vitalícias para políticos.

Assumir a rutura com esta política de submissão ao capitalismo financeiro não significa um retorno a um socialismo dogmático, mas sim a uma recentralização do papel do Estado como agente de inovação, uma maior descentralização do poder (dando uma outra dimensão à vida democrática) e o reconhecimento do papel do Estado Social como coração da social-democracia, como exigência da liberdade e pressuposto de uma verdadeira democracia política, económica, social, cultural e ambiental.

O TEMPO DE AGIR que pretendemos encetar na Juventude Socialista será irreduzível no cumprimento dessa vocação reformista, procurando novas avenidas de aprofundamento do caminho para uma sociedade sem classes, uma economia justa e sustentável e uma democracia livre e participada.

VENCER O FUTURO



A tentação tecnocrática de que muitos partidos padeceram nos últimos 25 anos, sem exceção para os socialistas, é outro fenómeno que importa combater. Partidos cujos capitães os deixaram ideologicamente à deriva cristalizaram-se no fechamento da própria militância partidária num determinado perfil onde não encaixa grande parte da nossa sociedade. Urge, por isso, diversificar a base de militância partidária, alcançando faixas etárias, graus de qualificação e setores de atividade subrepresentados, a fim de assegurar que aqui se faz ouvir a voz de todos.

Vamos precisar, para isso, de uma nova forma de fazer política. A via institucional de participação, importante que é, confronta-se com uma maior exigência dos militantes por uma estrutura horizontal, momentos de discussão política e, sobretudo, oportunidade de realizar o propósito transformacional que alimenta a nossa militância. É por isso que **TEMPO DE AGIR** implica necessariamente mobilizar a comunidade de ativistas da JS para ir à luta.

Este novo paradigma apenas se consubstanciará se construirmos a nossa ação política em proximidade - às pessoas, ao território e à sociedade civil. A proximidade tem, ainda, de ser efetiva e consequente. Esse relacionamento impõe-se externa mas também internamente.

Foi com esse intuito que pretendemos fazer desta Moção Global de Estratégia a mais participada de sempre, que iniciámos roteiros em proximidade e que apresentamos, em sede de reforma estatutária, um novo modelo para a Moção Global de Estratégia. Com o intuito de valorizar o pluralismo, propõe-se que a orientação política da JS deixe de co-depender da Moção Global de Estratégia e das moções setoriais, criando a figura de Moções de Resolução Política para o efeito, permitindo aos delegados apresentar propostas de alteração a seu respeito e reconfigurando a Moção Global de Estratégia.

Antecipando esse espírito, a Moção Global de Estratégia a que nos habituámos, foi dividida na que vos apresentamos, focada na identificação de problemas prioritários e no projetar de ambições e atividades para os resolver, enquanto **propomos aprovar, em anexo à presente Moção mas da qual faz parte integrante, um Programa Político com maior detalhe sobre as respostas que propomos para cada problema.**

Somam à crise económica e social e à crise da democracia, já enunciadas, uma terceira crise tão urgente quanto as demais, sob pena de não sobrevivermos como espécie - a **emergência climática**. Urge devolver ao planeta e à espécie humana as décadas de vida que outras gerações lhes roubaram.

VENCER O FUTURO



Enquanto lutámos contra esta pandemia, o confinamento evidenciou em tantos de nós uma pandemia silenciosa que há muito devastava as vidas de tantos de nós - **a saúde mental**. A JS tem de mais uma vez quebrar os tabus e estigmas, como fez no passado com a IVG e os direitos LGBT, para que possamos tratar com igual dignidade a saúde física e a saúde mental, eliminando barreiras de custo e disponibilidade nos cuidados.

A agenda da **igualdade e direitos** tem sido, verdadeiramente, um eixo fundamental através da qual a JS tem feito a diferença na sociedade. Após importantes conquistas, importa agora renovar essa agenda, desde a erradicação à violência de género, o combate ao racismo estrutural e o direito à autodeterminação da identidade de género.

A transversalidade da **cultura e do associativismo** constituem oportunidades ímpares de construção democrática. A JS tem de promover melhores condições para a participação associativa, a fruição cultural e a produção artística. Para tal será determinante reforçarmos os nossos laços com estes setores.

O **digital** assume-se como uma enorme oportunidade de transformação. A nossa geração foi a primeira que nasceu com o digital e somos, pois, pioneiros na sua adoção para transformar a educação, economia e administração pública. Temos, porém, de

assegurar uma transição digital justa, respondendo aos riscos em matéria de privacidade ou às desigualdades no acesso a equipamentos, infraestruturas ou competências.

Temos de considerar como uma questão de igualdade o desígnio da **coesão territorial**. Não podemos aceitar que os socialistas tenham pensado e implementado instituições que vençam as desigualdades económicas, sociais, e tantas outras mas que tenhamos deixado agravar-se as desigualdades territoriais.

É justamente nesses termos, de unidade nacional, que vemos o aprofundamento da **autonomia**. Estaremos ao lado dos nossos camaradas da JS Açores e JS Madeira na defesa das suas regiões, do seu desenvolvimento e do seu governo próprio.

O momento de transformação do **poder local** implica um olhar crítico sobre a sua arquitetura e organização. A um ano das eleições autárquicas temos uma ambição de somar mais juventude nos programas e nas listas do Partido Socialista, através da formação de uma nova geração de autarcas e da conceção de uma visão clara para os territórios e para o poder local.

Defendemos os valores europeístas e sobretudo a solidariedade. A globalização impõe que consigamos aprofundar a cooperação internacional para que se possa consolidar o

VENCER O FUTURO



espaço de afirmação de políticas progressistas, da justiça e da paz. A Juventude Socialista não se furta a ter aqui uma **intervenção europeísta e internacionalista**.

Somos uma organização movida por causas e construída por ativistas. É com a força de todas e todos que vamos conseguir imprimir uma nova forma de fazer política que esteja à altura das crises do presente e dos desafios do futuro.

A Juventude Socialista é herdeira de um passado de luta pela democracia e pela liberdade e representante de um grande movimento social e político com dois séculos de existência, cujo propósito é desenvolver uma sociedade de iguais, onde o interesse coletivo se sobrepõe aos interesses de apenas alguns. Honrando a nossa história e todos aqueles que lutaram pela liberdade e pelas conquistas sociais de hoje, cabe-nos agora a avançar essas mesmas conquistas para que os que vierem a seguir encontrem um mundo justo, sustentável e democrático.

Face ao contexto exigente que atravessamos, a Juventude Socialista teria duas hipóteses: abandonar à sua sorte aqueles que defende e que contam com a Juventude Socialista ou tomar a postura de luta pelas causas progressistas, ecologistas e de esquerda. Só a segunda é que permite cumprir a nossa assunção basilar: **a de transformar o mundo por nossas mãos**.



**ESSE É O NOSSO
COMPROMISSO, É ESTE O
NOSSO ROTEIRO.
VAMOS VENCER O FUTURO!**

VENCER O FUTURO

03

AGIR POR UMA RESPOSTA DE ESQUERDA À CRISE

Vivemos um tempo absolutamente extraordinário como consequência da pandemia provocada pelo vírus da COVID-19, que nos obrigou a reinventar a forma como nos relacionamos, trabalhamos e fazemos política. O surgimento desta pandemia colocou em causa o período de prosperidade económica que vivíamos em Portugal. No final de 2019, por imperativo da governação do Partido Socialista, alcançamos o primeiro excedente orçamental (0,2% do PIB) da história democrática, a taxa de desemprego (6,5%) mais baixa dos últimos 16 anos e os primeiros 3 anos de convergência com a União Europeia desde a adesão à moeda única.

Com o aparecimento deste inimigo invisível, vimo-nos obrigados fechar fronteiras da nossa economia desde o confinamento generalizado à paralisação do comércio internacional. Rapidamente, antecipamos que a Crise Pandémica se materializaria numa profunda Crise Económica e Social. Se, no curto prazo, soubemos retardar efeitos económicos dramáticos, através de medidas de

apoio à retoma, da atuação dos estabilizadores automáticos e do reforço da capacidade de resposta do SNS, por outro lado, no médio e longo prazo, necessitaremos de uma política económica de esquerda que dê resposta às expectativas de estabilidade e mobilidade social dos jovens portugueses.

Em 2008, o Mundo, a Europa e Portugal enfrentam a maior crise financeira dos últimos 100 anos, agravada pelo Crise do Euro de 2010. Portugal viu-se incontornavelmente arrastado para um cenário de desequilíbrio financeiro profundo que produziu consequências socioeconómicas drásticas sobre os portugueses. A política de austeridade, executada pelo governo da direita liberal, agravou essas consequências e concretizou as maiores reformas de desregulação e destruição de direitos de que há memória no Portugal Democrático.

Neste contexto, a nossa Geração enfrenta agora a segunda crise das suas vidas e espera da Juventude Socialista uma defesa

VENCER O FUTURO



inabalável por um modelo económico alternativo e progressista que rompa com os cânones neoliberais e de ausência do Estado que ditaram a resposta à crise de 2008-2010. Para a Juventude Socialista é imperativo que a resposta à presente crise surja do renascimento do *keynesianismo*, materializado numa política económica expansionista e contra cíclica que responda ao desemprego, à quebra de rendimentos, à destruição de emprego e à pobreza e exclusão social.

Antes da crise económica e social que vivemos, alguns jovens portugueses já enfrentavam desafios à sua emancipação, materializados na especulação imobiliária e na precariedade laboral. Hoje, estes fenómenos agravaram-se e se nada fizermos ou se cometermos os mesmos erros do passado, é expectável que a taxa de desemprego jovem retome valores históricos apenas comparáveis com os que se registaram nos anos da austeridade. Entre fevereiro e agosto, 20% dos jovens empregados perderam o seu emprego e a recuperação está a revelar-se muito mais lenta entre este grupo etário.

Em matéria de Educação e Ensino Superior é expectável que os números do insucesso e abandono escolar possam galopar ao sabor da quebra dos rendimentos das famílias. No curto prazo, o ensino à distância poderá materializar-se numa exclusão dos alunos integrados em agregados familiares com

menos recursos. Na transição para o mercado de trabalho, os desafios serão maiores e as oportunidades mais circunscritas a determinadas áreas de formação, podendo o ensino profissional continuar a ser encarado de forma estigmatizada.

No contexto que hoje vivemos, a aposta nas qualificações dos jovens configura não só o cumprir do direito à Educação para todos, mas também uma resposta à crise económica e Social. Na reconfiguração das cadeias de valor internacionais que esperamos na retoma pós-Covid, será fundamental para Portugal conseguir posicionar-se como economia do conhecimento, apta a cá concentrar atividades de maior valor acrescentado. É por isso urgente investir em todos o graus de ensino, apostando num sistema educativo de qualidade e acessível a todos, capaz de munir os jovens de ferramentas para construir o seu futuro.

A estagnação dos métodos de ensino contrasta com a evolução do conhecimento digital por parte dos mais jovens, comprometendo aquele que será um grande desafio futuro: a educação e preparação para uma sociedade em constante mudança. Defender os jovens neste contexto é, para nós, garantir um melhor ambiente na sala de aula, estimular o desejo de aprender, diversificando os meios disponíveis aos professores para ensinar e aos alunos para aprender. Deste modo, o ensino



exige uma constante atualização de conteúdos, sendo de extrema importância incentivar o pensamento crítico e a criatividade dos jovens para que consigam dar resposta um mundo em evolução exponencial.

Para a concretização de um Portugal mais qualificado, em que o Ensino Público seja o principal garante da igualdade de oportunidades e do funcionamento do elevador social, é essencial:

- » Garantir uma Escola Pública que forme cidadãos conscientes e participativos;
- » Caminhar, progressivamente, para o fim das propinas em todos os ciclos de estudos do Ensino Superior;
- » Modernizar e adaptar o ensino em sala de aula para um modelo mais participativo, multidisciplinar e formativo;
- » Valorizar o Ensino Profissional, combatendo estigmas e preconceitos e promovendo a readaptação da sua oferta formativa à realidade de cada território;
- » Garantir uma gestão democrática do ensino com a participação dos alunos;
- » Reforçar os mecanismos de incentivo à participação extracurricular e associativa dos estudantes.

Na **Habitação** esta crise já provou que a especulação imobiliária continuará a ser uma realidade, que a taxa de esforço financeiro das famílias portuguesas com as despesas de habitação continuará a ser das mais elevadas da Europa, que os jovens continuarão a ficar praticamente excluídos do mercado de compra e venda de casas e sujeitos a um mercado de arrendamento selvagem. O cenário poderá ser ainda mais prejudicial para os estudantes deslocados que já se tinham que sujeitar, até aqui, ao arrendamento de quartos por valores superiores a 300 euros nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. **ASSIM, NESTE NOSSO TEMPO DE AGIR, PROPOMOS-NOS A:**

- » Lutar pelo aumento do parque habitacional público até este representar 10% da oferta em 2030;
- » Eliminar a lógica de “gueto” e estigmatização em torno da concretização das políticas de habitação social, assegurando que essa habitação nunca seja mais do que 25% da habitação existente em determinado arruamento ou bairro;
- » Responder às necessidades expressas de habitação estudantil, garantido até 2030 um quarto numa residência a todos os estudantes deslocados. Os encargos com a habitação não podem ser uma segunda propina.



- » Defender uma nova política de habitação para jovens, através do combate ao arrendamento e subarrendamento encapotado.

No **Trabalho**, o desemprego jovem poderá tornar-se novamente um flagelo da nossa Geração, amputando sonhos e adiando decisões fundamentais ao futuro coletivo do país, como a constituição de família. O teletrabalho – nova realidade imposto pela pandemia – será uma forma de relação laboral que veio para ficar e que poderá resultar na falta de dignidade dos trabalhadores através da destruição de direitos laborais. Ainda que possa e deva ser encarada como uma medida para a fixação de quadros qualificados nos territórios de baixa densidade. A necessidade emergente de emprego poderá levar os trabalhadores e os jovens a sujeitar-se a cenários profissionais que atentam contra os direitos laborais. A necessidade de sustentar a atividade económica poderá conduzir alguns a tentar uma nova flexibilização do mercado de trabalho, alimentando ciclos viciosos de precariedade.

Para a concretização de um Portugal que oferece condições de trabalho digno e salários justos, **A CANDIDATURA TEMPO DE AGIR LUTA POR TRABALHO DIGNO E DE QUALIDADE PARA TODOS, PARA ISSO PROPONDO-SE A:**

- » Combater a precariedade, reforçando as fontes de financiamento e a capacidade executiva da ACT e impossibilitando a

contratação de novos falso recibos verdes para a Administração Pública;

- » Assegurar horários decentes, com a expansão do limite para 35 horas semanais de trabalho e um novo regime laboral para o teletrabalho;
- » Promover a democratização das empresas e defender salários justos, para que até 2020 a média de desigualdade salarial entre gestores e trabalhadores do PSI20 seja reduzida em 40%;
- » Reivindicar o aumento continuado e sustentado do salário mínimo nacional, convergindo, progressivamente, com a zona euro.
- » Proteger o emprego jovem através do aumento do valor pago pelos estágios do IEFP e da proibição dos estágios não remunerados.

Acreditamos na virtude da **Intervenção do Estado na Economia**, sem a qual não haveria mercado, e que se impõe venha a recrudescer para fazer face aos dilemas económicos e sociais que enfrentamos. Não poderemos voltar atrás na reposição de rendimentos e é emergente combater a expectável quebra de rendimento disponível das famílias portuguesas. Não poderemos optar novamente pelo desmantelamento do Setor Empresarial



do Estado, assim como é essencial que o Estado assuma um papel investidor e promotor dos setores estratégicos e de iniciativas inovadoras para o provisionamento e desenvolvimento do país.

No **Estado Social** é fundamental compensar o extraordinário esforço financeiro que o Sistema de Segurança Social tem assumido no combate às consequências socioeconómicas da pandemia, por forma a não comprometer a sua estabilidade de médio e longo prazo. As fragilidades espelhadas pela pandemia provam-nos que é chegada a hora de completar um Estado Social que até aqui excluiu da sua provisão pública a infância e a velhice.

A pandemia colocou à prova o Serviço Nacional de Saúde (SNS) – a maior conquista do Portugal Democrático – espelhando como nunca, a importância de um sistema público de saúde que não deixe ninguém para trás. Todavia, a **Saúde** enfrenta um dos momentos de maior fragilidade, onde é imperativo assegurar meios financeiros e humanos, mas também novas práticas e novas políticas que cumpram um SNS com igual padrão de qualidade em todo o território nacional.

Para a concretização de um Portugal que não abdica das suas principais conquistas democráticas como o SNS e o Estado Social, fortalecendo o sistema público de

saúde, salvaguardando a sustentabilidade da Segurança Social e defendendo que o Estado assuma um papel de fundo no relançamento da sua economia, **A CANDIDATURA TEMPO DE AGIR PROPÕE-SE A:**

- » Não voltar atrás na luta pela reposição de rendimentos e proteger a manutenção do rendimento disponível das famílias;
- » Efetuar uma revolução fiscal com vista a aumentar a progressividade do sistema fiscal e expandir o recém-criado “IRS Jovem” destinado a jovens trabalhadores;
- » Relançar a Economia através da defesa de investimento público criterioso, seletivo e estratégico e do reforço de financiamento público em I&D;
- » Defender mais e melhor Estado nos setores estratégicos ao provisionamento do país, como o transporte rodoviário, a energia e o serviço de correio postal;
- » Salvaguardar o Sistema Público de Segurança Social, motivando a discussão em torno da diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social, através do reforço das contribuições vindas do capital e da propriedade, bem como contribuições em organizações com elevadas taxas de rotatividade;



- » Prestar um serviço público de cariz universal na infância e na velhice, garantido uma sistema de creches e lares público e de qualidade;
- » Robustecer o SNS, através do investimento nos cuidados de saúde primários, do aumento da comparticipação na aquisição de fármacos e reforço da autonomia da gestão hospitalar;
- » Assegurar um melhor sistema público de saúde que se concretize no aumento, em termos reais, do número de profissionais de saúde e no estudo da dimensão do aumento do número de vagas para a especialidade médica, principalmente nos hospitais públicos dos territórios de baixa densidade.

04 AGIR POR UM PLANETA SUSTENTÁVEL

A transformação do modelo económico-social que levará à construção de uma sociedade sustentável é a maior causa socialista desde a revolução que levou à recuperação do regime democrático em Portugal e um pouco por todo o mundo. Esta é uma problemática que incide na base dos ideais do socialismo democrático - as alterações climáticas são uma questão de igualdade entre povos e de liberdade e fraternidade com a natureza.

Esta é, também, uma ameaça à justiça social. Por um lado, porque sabemos que as consequências climáticas, como catástrofes naturais, afetam mais severamente as classes menos favorecidas. Por outro, porque a transição para um modelo económico menos poluente também impacta de uma forma mais intensa as classes mais desprotegidas. Destas duas premissas, nascem duas exigências que, respetivamente, se estabelecem no seguinte:

1. Devem ser tomadas, desde já, políticas de adaptação às alterações climáticas que protejam a sociedade portuguesa das inevitáveis e já visíveis consequências climáticas.

2. Não se pretende uma transição a qualquer custo e muito menos se aceita que sejam aqueles que menos contribuíram para a crise climática, os que mais sofram das consequências da necessária transição.

Para este problema complexo é crítico garantir uma solução robusta assente em vários princípios que a Juventude Socialista deve preconizar na sua ação política. Desde logo, a íntima cooperação com a ciência que permita chegar a soluções efetivas; depois, a necessidade de criar um compromisso político alargado que permita uma estabilidade legislativa entre Governos e a continuidade das medidas de mitigação e adaptação; em terceiro lugar, a ambição das políticas - é crucial que as medidas tenham efeitos tão imediatos quanto possível para mitigar as consequências futuras de uma resposta tardia; finalmente, ao mesmo tempo que se exigem efeitos imediatos, é crítico que as medidas não respondam apenas ao curto prazo, mas ao longo prazo, assegurando a verdadeira transição para uma sociedade mais sustentável, assegurando a qualidade de vida das gerações vindouras.

VENCER O FUTURO



Desde que se reconhece o impacto negativo das atividades humanas sobre o meio ambiente, tem havido um crescente consenso científico e político sobre a urgência de atuar perante os problemas que se impõe com a crise das alterações climáticas.

De acordo com o relatório do IPCC (2018), as atividades humanas já terão causado um aumento da temperatura média na atmosfera de cerca de 1°C desde a época pré-industrial. Na mesma linha, de forma a evitar um aumento continuado da temperatura média da Terra nas próximas décadas, será necessário atingir, numa primeira fase, neutralidade carbónica e, ainda, garantir um balanço negativo entre o carbono emitido e o carbono capturado, como forma de evitar os impactos de feedback positivo. Garantir que o aumento da temperatura da terra face aos níveis pré-industriais seja inferior a 1.5°C, é fundamental pois os impactos negativos para os sistemas naturais e humanos com esse aumento serão maiores.

De facto, se o aumento médio da temperatura da terra face aos níveis pré-industriais não for estabilizado até 2100 em 1.5°C, então o risco de atingirmos o ponto de não retorno com danos irreversíveis para ecossistemas, fundamentais às atividades humanas, será acrescido. Por fim, um aumento da temperatura média da terra, superior a 1.5°C, terá um

impacto acrescido no aumento da frequência e intensidade de fenómenos climáticos extremos como chuvas, secas, tempestades tropicais, incêndios florestais e o surgimento de fenómenos em latitudes onde não seriam expectáveis (IPCC, 2018). Reconhecendo os riscos para a humanidade subjacentes a este contexto, é fundamental que nos mobilizemos enquanto sociedade para o evitar.

Ao nível europeu, tanto a Comissão Europeia como o Parlamento Europeu têm dado sinais que, efetivamente, querem tomar a dianteira no combate às alterações climáticas com a recente aprovação no Parlamento Europeu de redução das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) em 60% até 2030, face aos níveis de 1990.

No entanto, a UE tem apresentado diversas fragilidades na sua ação. Se por um lado, estabeleceu um mercado de licenças de emissão (apesar das suas debilidades) e aprovou o Pacto Ecológico Europeu, por outro lado existem setores da economia que continuam a aumentar as suas emissões (p.e. transportes), ao mesmo tempo que a UE tem apoiado e permitido os apoios a diversos setores com um peso significativo na emissão de GEE, como os ligados à extração de combustíveis fósseis.



Adicionalmente, a política vigente, de priorização do crescimento económico que ignora as noções como a sustentabilidade e o estado do meio ambiente, leva a que os países mantenham o mesmo foco no crescimento da economia, muitas vezes, a qualquer custo. A União Europeia, apesar da iniciativa “Beyond GDP”, ainda tem muito trabalho pela frente para garantir a integração de indicadores alternativos para efeitos de avaliação dos resultados dos países

Em Portugal, segundo o Eurobarómetro especial 490 - Alterações Climáticas, de 2019, 87% da população portuguesa considerava as alterações climáticas um problema muito grave. A organização por parte da sociedade civil através do ativismo tem sido reveladora desta esmagadora tendência de preocupação com o problema das alterações climáticas em Portugal, sendo fundamental que as políticas públicas se capitalizem nesta mobilização e ganhem força para a sua implementação.

No entanto, e não obstante, todo o investimento público na transição energética para a produção de eletricidade renováveis (que em 2018 representaram 55,2% da produção de energia segundo a APREN), Portugal ainda apresenta uma economia baseada nas emissões de carbono.

Para evoluirmos para uma sociedade sustentável, a descarbonização da economia é essencial, devendo esta ser operada ao nível

de todos os setores, com particular incidência na indústria, mobilidade, agropecuária e energia, setores que segundo o Relatório do Inventário Nacional da APA representam 84,6% do total de emissões de GEE para a atmosfera em 2018. Tendo isto em conta, a solução é, inevitavelmente, transversal a todos os setores da economia portuguesa, com um esforço coletivo, sistémico e interligado.

NESSE SENTIDO, É NOSSA AMBIÇÃO NESTE TEMPO DE AGIR:

- » Antecipar a meta da neutralidade climática para 2035, duplicando assim a velocidade da descarbonização;
- » Libertar a sociedade do consumo e do desperdício, transitando de um modelo de crescimento económico linear assente na extração, produção, consumo e descarte, para um assente na circularidade;
- » Reduzir a dependência da sociedade de recursos energéticos não renováveis e minimizando o impacto emissor dos setores dos transportes, energia, indústria e agropecuária;
- » Garantir que todas as decisões políticas são alinhadas com as metas definidas;
- » Potenciar a bio e geodiversidade do nosso território, assim como a proteção do património natural;

VENCER O FUTURO



- » Assegurar que esta transformação societal seja justa para classes sociais mais vulneráveis, bem como adaptada às especificidades dos territórios;
- » Garantir que o Estado protege a população das consequências das alterações climáticas.
- » Dinamizar formações que capacitem a ação política dos militantes da JS nesta área;
- » Aproximar a JS aos movimentos cívicos e ativistas, associações de estudantes e ambientais, entre outras, que defendam uma ação climática urgente. Iremos adotar, quando necessário, uma postura mais ativista, interventiva e energética no combate à emergência climática.

PARA TAL, É TEMPO DE AGIR PARA:

- » Adotar legislação que vincular a ação política às metas definidas, tal como a Lei de Bases da Política do Clima;
- » Articular entre a estrutura nacional e as estruturas locais concelhias para a apresentação de propostas ao nível autárquico;
- » Cooperar a nível internacional em matéria de alterações climáticas afirmando, na cena política internacional, o Tratado de Paris como uma das maiores conquistas de um mundo multilateral procurando aprofundar ainda mais as suas metas;
- » Promover a partilha de boas práticas no que diz respeito às iniciativas de combate às alterações climáticas, desta vez, entre diferentes concelhias e federações;

05

AGIR PARA DEFENDER A DEMOCRACIA

Pugnamos pelo socialismo democrático porque não concebemos o socialismo sem democracia, e porque valorizamos na mesma medida os valores da igualdade e da liberdade. Historicamente, a Esquerda Democrática nasce da aceitação da democracia representativa como motores de diálogo social, e do respeito pela expressão eleitoral das maiorias sociais existentes em cada momento.

O Século XX mostrou-nos como a desigualdade, o ódio e a intolerância levaram à degenerescência das democracias liberais. Também em Portugal, os nossos antepassados republicanos trataram de promover o alargamento da literacia e da cidadania democráticas e foi nessa mesma tradição que, décadas depois, os socialistas portugueses foram uma força liderante na luta pela liberdade e pela preservação da democracia. A história do PS e da JS confunde-se, por isso mesmo, com a história da democracia portuguesa.

A Democracia atravessa, hoje, uma nova crise, um pouco por todo o Mundo, com uma desconfiança crescente dos cidadãos nas

instituições democráticas, e com a reemergência de movimentos populistas, xenófobos e autoritários. A crise da Democracia corresponde, na verdade, à soma de três crises diferentes:

1. Primeiro, a uma **crise da cidadania**, com a expansão dos valores do mundo pós-moderno e da sociedade de consumo, que levaram a uma progressiva indiferença pelas questões de consciência coletiva e a um recuo da participação cívica e democrática.
2. Segundo, a uma **crise do poder político**, na qual a soberania dos Estados-Nação se encontra cada vez mais ameaçada pela captura do poder político pelo poder económico e pela crescente primazia da tecnocracia na decisão política.
3. Terceiro, a uma **crise das expectativas de mobilidade social**, em que as crescentes desigualdades sociais, a estagnação do elevador social e os desequilíbrios económicos gerados pela Globalização criaram um sentimento

VENCER O FUTURO



de frustração e desconfiança nas classes médias e trabalhadoras para com as elites económicas e políticas, criando uma crescente dificuldade em articular ou superar as diferenças entre visões cosmopolitas e paroquiais sobre o mundo em que vivemos.

É da instrumentalização e amplificação destas clivagens sociais, económicas e políticas que se alimentam os movimentos populistas emergentes, apresentando-se aos cidadãos com projetos pretensamente refundacionais mas que mais não são mais do que uma ameaça aos direitos, liberdades e garantias fundamentais e que constituem um pilar estruturante do modelo de sociedade em que queremos viver. A Democracia é, por isso mesmo, um exercício permanentemente inacabado que se constrói todos os dias. Cabe a todos os democratas manterem-se vigilantes na luta pela preservação da democracia.

A corrupção é porventura um dos maiores inimigo do Estado Social, no sentido em que desvia recursos que deveriam ser canalizados para reforçar as funções sociais do estado e os serviços públicos e para apoiar quem mais precisa, agravando um sentimento generalizado de injustiça social e acentuando as desigualdades sociais. A corrupção corrói a democracia, ferindo de morte a credibilidade dos agentes políticos e a confiança dos cidadãos nas instituições, sendo frequentemente

usada como arma de arremesso por aqueles que querem destruir o nosso modelo de sociedade. Sendo certo que este fenómeno é influenciado pelo contexto cultural e educacional, uma agenda social democrata não pode deixar de assumir um compromisso exigente com a dignificação da atividade política e com uma agenda de combate à corrupção.

A desintermediação da comunicação e as redes sociais criaram uma nova realidade que permitiu uma oportunidade única de reforço da liberdade de expressão mas que nos coloca também novos desafios. A democratização da produção de informação e a criação de novos espaços de comuns de debate abriram a porta às fake news, aos factos alternativos e à pós-verdade. A Juventude Socialista defende e reforça o seu compromisso com a liberdade de expressão e com o livre acesso à informação mas igualmente com o direito de acesso à informação verídica e fidedigna, ao qual as fake news constituem, atualmente, a maior ameaça. É preciso, por isso, procurar criar condições que permitam facilmente identificar as fake news e assim impedir a sua disseminação nas redes sociais, combatendo “os populismos” a elas frequentemente associado. Por outro lado, entendemos ser necessário encontrar nestas redes e seus utilizadores um meio eficaz de divulgação e sensibilização de conteúdos que reforçam a confiança no sistema democrático e dos seus valores constitucionais.



A Juventude Socialista vê no direito à educação a âncora para o combate à desinformação, potenciando, não só o conhecimento, mas também o espírito crítico e escrutinador, promovendo no seio da Escola Pública uma verdadeira educação para a cidadania. Acreditamos, pois, ser crucial criar os instrumentos necessários de **literacia cívica e política** para que os erros do passado não se cometam no presente e para a sociedade portuguesa reavivar o espírito escrutinador e participativo de Abril. Neste âmbito, entendemos que a aposta na formação das novas gerações é a melhor solução contra as ideologias fascistas e populistas, garantindo a defesa dos valores democrático-constitucionais.

- » Estabelecer como uma das nossas prioridades o combate às fake news, reforçando o nosso compromisso com a liberdade de expressão e com o livre acesso à informação procurando, ao mesmo tempo, um quadro regulatório que proteja os cidadãos de desinformação intencional.
- » Aprofundar o caminho iniciado com o lançamento da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, monitorizando as dificuldades de implementação no terreno, bem como os diversos espaços e oportunidades de participação dentro das escolas, como é o caso do OP Escolas.

O exercício de uma **cidadania ativa** é elemento crucial do regime democrático. A JS pugna por uma maior participação dos cidadãos nas decisões da vida coletiva da sua comunidade, aos vários níveis de poder. A democracia não se encerra no ato eleitoral. A ausência de um vínculo permanente e constante no decurso dos mandatos conduz a uma atitude inativa, sendo imprescindível combater este fenómeno. Os elevados valores da abstenção impelem-nos a criar soluções para **qualificar e reforçar a democracia representativa** através de mecanismos de democracia participativa direta que possam funcionar numa lógica complementar, sem, contudo, esvaziar a lógica da representação política. Neste sentido, urge, cada vez mais, democratizar os cargos públicos, reforçar os regimes de incompatibilidades e fortalecer a transparência e a prestação de contas dos titulares de cargos políticos, de forma a fortalecer os vínculos de representação política entre os eleitos e os seus eleitores.

- » Defender a implementação dos Orçamentos Participativos como uma boa prática no plano autárquico, assim como outros mecanismos participativos que permitam o envolvimento direto dos cidadãos na decisão política;
- » Defender o alargamento do direito de voto aos 16 anos;



- » Estudar uma proposta de reforma do sistema político e eleitoral que estabeleça uma solução de equilíbrio entre a proporcionalidade da representação política e o reforço da proximidade entre eleitos e eleitores.

A Juventude Socialista defende que o **acesso à Justiça** é um direito fundamental através do qual o Estado assegura que a todos é conferida proteção por parte dos Tribunais para garantia das posições que o Direito lhes concede, sobretudo àqueles que mais dela necessitam. Ainda que durante os últimos anos de governação pelo Partido Socialista tenha sido possível reduzir substancialmente os processos pendentes, os Tribunais ainda são tidos por instituições morosas, excessivamente complexas e dispendiosas. As alterações ao mapa judiciário, efetivadas em 2013, feriram de morte, em muitos casos, a proximidade do sistema de justiça para com os cidadãos. É para inverter essa situação que a Juventude Socialista entende ser necessária uma reforma profunda do sistema judicial português, procurando decisões temporalmente justas e um sistema de acesso ao direito sem barreiras e efetivamente acessível aos cidadãos.

Porque não há Justiça que resista a leis incompreensíveis, o acesso ao Direito passa, igualmente, por uma técnica legislativa que se pautar pela clareza, permitindo ao cidadão melhor compreender as normas aplicáveis à vida em sociedade. Para cumprir esses

desideratos, importa produzir diplomas mais simples, eficazes, participados e claros na linguagem.

- » Defender a simplificação da linguagem jurídica constante das normas e leis publicadas, para facilitar a compreensão por parte dos cidadãos.

Uma democracia de confiança necessita de serviços públicos de qualidade, capazes de atrair os melhores profissionais. Também na Justiça se deverá verificar essa tutela. Durante as últimas décadas, verifica-se uma necessidade de dotar o sistema de justiça de mais meios para a prossecução das suas finalidades, acompanhando o aumento da litigância, bem como da complexidade das matérias processuais, tendo resultado numa justiça morosa e sem resposta atempada à justiça exigida pela comunidade.

- » Estabelecer um compromisso de investimento no sistema de justiça, dotando-o de mais meios para a prossecução das suas finalidades e reduzindo a morosidade processual;
- » Aprofundar medidas de reforço da transparência e de combate à corrupção, no quadro da Estratégia Plurianual já aprovada pelo Governo.

06

AGIR PELO DIREITO À SAÚDE MENTAL

Infelizmente, constatamos que a pandemia da Covid-19 levantou o véu de uma outra pandemia, silenciosa, que vem assolando o nosso país, mas que é sistematicamente negligenciada: a da doença mental. As doenças do foro mental representam uma percentagem considerável da carga global de doenças em Portugal, só ultrapassada pelas doenças cérebro-cardiovasculares. Portugal é o 5º país da OCDE com maior consumo de ansiolíticos e anti-depressivos pela população. O suicídio foi em 2016 a segunda causa de morte entre os nossos jovens. Já a carga de despesa global com problemas de saúde mental ascende a cerca de 3,7% do PIB português. Cada um destes dados evidenciam algo claro: Portugal está muito longe de investir o que deve na saúde mental dos seus cidadãos.

A promoção da saúde dos jovens portugueses bem como a de todos os cidadãos é para a Juventude Socialista uma matéria que merece a maior atenção. Quando falamos de saúde referimo-nos à verdadeira aceção do termo que contempla quer a saúde física quer a saúde mental dos indivíduos. As questões de saúde mental acompanham os indivíduos desde o início da sua vida, sendo muito

responsáveis pela sua capacidade de adaptação a diferentes contextos, a resistência à adversidade, a sua conduta na sociedade, determinando quer o bem-estar individual quer impactando sobre o bem-estar coletivo. Contudo, durante os últimos anos, a saúde mental tem sido um parente pobre na discussão política sobre as áreas prioritárias para os jovens e para o desenvolvimento do país.

O desinvestimento nesta área da saúde tem um impacto muito significativo no bem-estar individual, mas acarreta também problemas acrescidos para a nossa sociedade. Um dos problemas de fundo neste âmbito é o estigma negativo relacionado com as perturbações do foro psicológico. Em Portugal, o estigma para com a saúde mental é gritante, sendo co-responsável pelos graves problemas que o país enfrenta nesta área. Muito enraizado numa visão biomédica de compreensão do indivíduo por oposição a uma visão de base biopsicossocial, o preconceito para com a doença mental alicerça-se tanto na incapacidade de se compreender que a saúde não se esgota no bem-estar físico, como na falta de literacia das pessoas sobre saúde mental.



Temos sido incapazes de promover informação e de educação para estas questões, com consequências graves para a forma como os portugueses (particularmente os jovens que lidam com problemas psicológicos), levando-os a negligenciar a sintomatologia psicológica nos seus estádios mais precoces (quando é mais facilmente ultrapassável), a ter vergonha e medo de procurar ajuda, e a desconhecer como e a quem recorrer.

POR ISSO, É TEMPO DE AGIR PARA:

- » Cerrar fileiras e combater o estigma, atuando ao nível da prevenção;
- » Criar uma verdadeira compreensão na sociedade que saúde não se refere apenas a saúde física, mas também mental e desmistificar a sintomatologia psicológica;
- » Banalizar o recurso a profissionais de Psicologia e Psiquiatria tal como a um médico de clínica geral;
- » Propor o reforço do âmbito do Programa Nacional de Promoção da Saúde Mental e da aposta no desenvolvimento de campanhas direcionadas por faixa etária;
- » Propor a criação de um Programa Nacional de Combate à Depressão e às Perturbações de Ansiedade;
- » Propor a criação de Programas de Promoção de Competências Sócio-Emocionais em todas as escolas do país vocacionados para alunos de diferentes níveis de escolaridade;
- » Desenvolver um Programa Nacional de Literacia em Saúde Mental que actue aos mais diversos níveis;
- » Acrescentar a Saúde Mental como matéria a ministrar na disciplina de Currículo e Desenvolvimento;
- » Dotar os profissionais das Escolas e das Instituições de Ensino Superior de mais competências na área para que consigam sinalizar, mais precocemente, potenciais distúrbios psicológicos nos estudantes.

O estigma está também, todavia, associado à fragilidade no nível da resposta. Não só temos uma baixa cobertura de serviços de apoio, acompanhamento e tratamento de perturbações psicológicas e psiquiátricas ao nível dos cuidados de saúde primários, como enfrentamos barreiras no acesso a esse tipo de acompanhamento onde é mais necessários (i.e., centros de saúde, hospitais, escolas e organizações). Resulta daí que o acesso a avaliação e acompanhamento psicológico não se democratize, sendo muitas vezes difícil, moroso ou, para quem pode, caro.



A conjugação destes dois problemas estruturais ao nível da saúde mental – falta de prevenção da doença e carências no acesso a tratamento -, e das múltiplas fragilidades que lhes estão associadas, conduziram-nos a uma realidade preocupante que é agora exacerbada pelo isolamento social e pela crise económica e social instalados pela pandemia, quer na população mais jovem quer na população mais idosa. Quase metade da população portuguesa se diz psicologicamente afetada pelos efeitos da pandemia. Sabemos também que problemas do foro psicológico e psiquiátrico alteram de forma substancial a capacidade de adaptação e de sobrevivência dos indivíduos face a crises desta ordem.

NESSE SENTIDO, É TEMPO DE AGIR para democratizar o acesso ao acompanhamento psicológico através do Serviço Nacional de Saúde (SNS), sendo que para isso queremos:

- » Garantir o acesso imediato e continuado no tempo a acompanhamento psicológico, criando a figura de “Psicólogos de referência” para todos os utentes;
- » Reforçar do número de profissionais e o investimento noutras medidas complementares como o cheque-psicólogo.

Por outro lado, não podemos ignorar as cada vez mais frequentes questões de saúde mental que emergem também em contexto laboral.

A precariedade, a dificuldade de conciliação trabalho-família, os horários desregulados ou por turnos, o ambiente de trabalho conflituoso ou de falta de apoio, a permeabilidade do digital a abusos dos empregadores, a sobrecarga de trabalho, entre outros, são fatores determinantes para quadros de fadiga extrema, de stress e ansiedade, e síndrome de Burnout que afetam de forma significativa o bem-estar dos trabalhadores e, por conseguinte, a produtividade das organizações.

Da mesma forma, constatamos que em Portugal ser-se mais pobre acarreta um maior risco de desenvolvimento de doença mental, e inclusivamente, maior probabilidade de infeção pela Covid-19, é constatar que a doença mental não atinge os diferentes estratos sócio-económicos da mesma forma, uma realidade à qual nenhum jovem socialista pode ficar indiferente.

EM MATÉRIA DE SAÚDE MENTAL EM CONTEXTO LABORAL, É TEMPO DE AGIR PARA:

- » Combater o aumento das questões de saúde mental em contexto laboral;
- » Diminuir os riscos psicossociais inerentes ao trabalho que impactam de forma profunda os trabalhadores e as organizações;
- » Defender a obrigatoriedade das organizações avaliarem anualmente riscos



psicossociais e formularem planos de prevenção e intervenção nos fatores em contexto laboral;

- » Criar a figura do “Psicólogo do Trabalho”, que passa pela obrigatoriedade da inclusão de psicólogos nas equipas de medicina no trabalho.

Acreditamos também que a Ciência desempenha, nesta matéria da saúde mental, como em todas as outras, um papel fundamental. Deve existir, por isso, uma maior aposta em investigação científica para fazer progredir o conhecimento científico sobre os processos psicológicos e sobre as intervenções psicológicas mais eficazes, acreditando estar assim a reforçar mecanismos de diagnóstico e intervenção mais precoces e que seguramente não deixam ninguém para trás.

Por todas estas razões, entendemos a saúde mental como uma área prioritária da acção futura da Juventude Socialista: porque entendemos o quão importante se afigura a sua promoção para garantir que todos possuem o bem-estar que merecem para realizar o seu projeto de vida e porque acreditamos estar a trilhar um caminho que permitirá ao país responder melhor aos mais vulneráveis entre nós.

NESSE SENTIDO, É TEMPO DE AGIR PARA, NO SEIO DA JS:

- » Implementar a iniciativa “Mês da Saúde Mental” passando pela dinamização de atividades de sensibilização de âmbito nacional;
- » Quebrar o tabu e promover campanhas que sensibilizem a opinião pública sobre problemas de saúde mental e encorajem a sua normalização;
- » Liderar pelo exemplo, melhorando a literacia, reduzindo o estigma e promovendo um espírito de compreensão e apoio sobre problemas de saúde mental.

07

AGIR POR UMA SOCIEDADE EM IGUALDADE E DE DIREITOS

Portugal conheceu, nos últimos anos, grandes avanços legislativos e civilizacionais em matéria de igualdade, tendo a Juventude Socialista desempenhado, historicamente, um papel determinante na defesa dos direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos, independentemente da sua etnia, orientação sexual, identidade de género ou condição socio-económica.

Quando falamos em Princípio da Igualdade devemos ter presente que este não é sinónimo de atribuição de um tratamento igual, sem mais, mas, antes, de “tratar de forma igual o que é igual, e de forma diferente o que é diferente, na medida da própria diferença”. Além de prosseguir uma política tendente a eliminar todas as formas de discriminação, compete ao Estado adotar, se as circunstâncias o exigirem, medidas especiais e concretas para assegurar o desenvolvimento ou a proteção de determinados grupos ou de indivíduos pertencentes a esses grupos, a fim de lhes garantir, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos e liberdades fundamentais.

O conceito de verdadeira igualdade constitui um dos pilares fundamentais e identitários da matriz ideológica do socialismo democrático, de que a Juventude Socialista, naturalmente, comunga. Mais do que acreditar na igualdade de oportunidades, ser Socialista é trabalhar todos os dias para quem ela se efetive. É essa pulsão constante na luta pela igualdade que nos leva a ser feministas, anti fascistas e anti racistas. É o que nos colocou na frente da defesa de todas as pessoas LGBTQ+ e nos leva a defender o multiculturalismo e a promover uma sociedade decente, que pratique a solidariedade entre todos, não deixando ninguém para trás.

AGIR PELO FEMINISMO

Após o 25 de abril, iniciou-se em Portugal um caminho legislativo e cultural rumo à igualdade entre homens e mulheres. No entanto, apesar dos avanços significativos em matéria legislativa, não podemos ainda dizer que haja igualdade de oportunidades no nosso país. À Juventude Socialista cabe não apenas garantir que esses avanços sociais, como a legalização da IVG ou a representatividade em

VENCER O FUTURO



cargos públicos se consolidam, mas também abrir novas frentes de progresso.

Até hoje, tem perdurado a regra de serem as mulheres as principais responsáveis pela execução de tarefas domésticas e de cuidado da família, aumentando, em média 1 hora 13 minutos a sua jornada de trabalho, quando comparada com a do homem. Mas este não é, nem de perto nem de longe, o único foco de desigualdade no Trabalho.

A desigualdade ainda latente em questões laborais tem sido das mais árduas de superar. Em primeiro lugar, os cargos de chefia e de gestão continuam a ser mais difíceis de alcançar por mulheres. É também sobre as mulheres que incide uma maior probabilidade de existência de contratos precários, maior risco de pobreza e, evidentemente, um inaceitável fosso entre o salário de homens e mulheres que exerçam rigorosamente as mesmas funções.

São ainda poucos os homens a usufruir da licença de parentalidade, apesar da lei já garantir que possa ser partilhada pela mãe e pelo pai. Esta reticência deve-se, em muitos casos, ao receio de estigmatização no local de trabalho. É essencial sensibilizar a sociedade para a importância da paternidade e para o direito e obrigação igual do acompanhamento dos filhos. Para a Juventude Socialista, promover a natalidade depende de construir uma efetiva sociedade de direitos e

bem-estar, onde os temas da conciliação são decisivos.

À precariedade e as desigualdades laborais associa-se a vulnerabilidade e a violência doméstica ou no namoro. Em 2019, morreram 26 mulheres vítimas de violência doméstica, um número que nos cobre a todos de vergonha e que tem de ser combatido com a sua emancipação e empoderamento. Também a violência sexual, desde o assédio à violação, continuam largamente por debater e carecem de melhor investigação e quadro penal, para assegurarmos comunidades seguras e relações consentidas.

PARA CUMPRIR ESTES DESÍGNIOS, É TEMPO DE AGIR PARA:

- » Assumir a JS inequivocamente como organização feminista;
- » Assegurar uma participação ativa e liderante da Juventude Socialista em movimentos feministas;
- » Garantir o empoderamento feminino na JS, criando as condições para que surjam mais estruturas de liderança femininas no seio da organização;
- » Reivindicar o alargamento e a utilização paritária de licenças de paternidade e maternidade;



- »» Defender a criação até 2030 de uma rede universal e gratuita de creches públicas;
- »» Formar para a consciencialização e luta pela igualdade de género, inclusivé no seio das nossas práticas internas;
- »» Promover campanhas, designadamente junto de escolas, sobre a partilha de tarefas domésticas e a igualdade na vida familiar;
- »» Divulgar informação sobre desigualdades de género, nomeadamente a sua expressão no meio laboral e em termos económicos;
- »» Estudar a criação de uma taxa de penalização da desigualdade salarial de género, a incidir sobre as empresas que tenham uma maior disparidade salarial entre homens e mulheres ou não-binários;
- »» Atribuir um cheque-menstruação para financiar a distribuição de produtos de higiene feminina indispensáveis;
- »» Combate à violência e assédio sexual condenando a violação e a violência doméstica e no namoro, a educação para o consentimento sexual e o reforço do apoio às vítimas através da criação de centros de acolhimento temporário para as mesmas.

DIREITOS LGBT+

Em Portugal, tem-se intensificado, desde os anos 90, a luta por conquistas legislativas e civilizacionais, em relação aos direitos da comunidade LGBT+, como é exemplo, a inclusão do direito à não discriminação em função da orientação sexual no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, o direito ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, o direito de adoção e co-adoção entre casais do mesmo sexo e o direito à autodeterminação de género. Estas foram lutas que a Juventude Socialista abraçou desde o primeiro minuto.

Todavia, a lei está muitas vezes à frente de partes da sociedade, onde persiste a discriminação. Essa discriminação é particularmente evidente para com a comunidade transexual, cuja luta pela autodeterminação e acesso à saúde importa dignificar, reconhecer e apoiar, em todo o território português. Para garantir a plena inclusão e aceitação, é necessário dar uma forte e coesa resposta social, o que impõe um melhor conhecimento da própria comunidade.

NESSE SENTIDO, É TEMPO DE AGIR PARA:

- »» Assegurar a participação ativa e liderante da Juventude Socialista em movimentos de defesa dos direitos LGBT+;



- » Incluir a saúde LGBT+ nos planos curriculares de cursos ligados à saúde (enfermagem, medicina, etc.) e formação de profissionais de saúde nessa área;
- » Garantir o acesso global à Profilaxia Pré-exposição, reconhecendo-a como um instrumento útil na erradicação do HIV;
- » Proibir terapias de conversão de orientação sexual;
- » Romper com o binarismo de género, defendendo que cabe à autodeterminação de cada um a sua identidade de género, mitigando os entraves legais e médicos à mudança de sexo e legislando a existência de um terceiro género;
- » Impedir que as pessoas transsexuais sejam limitadas no acesso a consultas que, de outra forma, apenas seriam acessíveis ao género oposto (e.g. ginecologia);
- » Defender a criação de clínicas de disforia de género em todos os centros hospitalares, bem como mais Unidades de Reconstrução Génito-Urinária e Sexual;
- » Assegurar o acesso de pessoas transsexuais a casas de banho que correspondam ao seu género, estudando a existência de casas de banho neutras para aqueles que não se sintam confortáveis em nenhuma das outras duas casas de banho.
- » Incluir os cuidados de saúde mental e os assistentes sociais no acompanhamento de crianças e jovens LGBT+, nomeadamente as crianças e jovens trans.
- » Reconhecer como vital e urgente no contexto do SNS as terapias hormonais e outros procedimentos médicos de redesignação sexual;
- » Remover a necessidade de permissão da Ordem dos Médicos sobre os processos de redesignação sexual.

INCLUSÃO E COMBATE AO RACISMO

Portugal é hoje um país diverso em termos étnicos e multicultural, com uma comunidade migrante grande e integrada. Essa realidade, que a extrema-direita tenta por vezes impugnar, é legado de um colonialismo que ainda não soubemos avaliar criticamente mas também de políticas de integração que, historicamente, têm tido sempre o cunho dos socialistas.

Ainda assim, o nosso é um país onde o racismo mata nas ruas e atravessa grande



parte da sociedade, incluindo infelizmente parte das nossas forças de segurança a quem cabe todos proteger. Além disso, fruto da discriminação e de ciclos de pobreza, ainda encontramos fortes constrangimentos à mobilidade social de minorias étnicas, sejam elas afrodescendentes ou de etnia de origem asiática.

Precisamente por isso, uma das principais preocupações da JS é a adoção de medidas que promovam a inclusão das pessoas de minorias étnicas e religiosas, das pessoas com deficiência e de refugiados, nos mais diversos setores da sociedade. Hoje, mais do que nunca, tal luta é sumamente importante, de modo de travar a difusão de discursos de ódio e segregação e assegurar o respeito pelos Direitos Fundamentais de cada cidadão.

NESSE SENTIDO, É TEMPO DE AGIR PARA:

- » Assumir sem tibiezas que a Juventude Socialista é uma organização anti-racista, participando ativamente nos movimentos anti-racistas e pelos direitos dos migrantes;
- » Condenar quaisquer sentimentos xenófobos e valorizar a importância da diversidade e multiculturalismo;
- » Rejeitar as narrativas colonialistas presente nos manuais escolares;

- » Garantir o igual acesso a bens e serviços independentemente da localização geográfica, impedindo que as plataformas digitais continuem a excluir bairros sociais e outras áreas urbanas;
- » Combater o uso excessivo da força por parte de agentes da autoridade;
- » Promover a inclusão das comunidades migrantes e minorias étnicas para quebrar ciclos de pobreza;

É, ainda, fundamental pugnar para a inclusão das pessoas com incapacidade física, intelectual, sensorial ou de comunicação. Hoje persistem graves desigualdades não só na mobilidade e nas acessibilidades como também no acesso ao emprego e à vida em comunidade.

É, POR ISSO, TEMPO DE AGIR PARA:

- » Integrar a Língua Gestual Portuguesa nos currículos disciplinares;
- » Eliminar barreiras físicas e arquitectónicas nos serviços públicos, incluindo nos transportes públicos;
- » Reforçar o modelo de apoio à vida independente e os apoios aos cuidadores informais.



LIBERDADE DE ESCOLHA E AUTODETERMINAÇÃO

A JS sempre lutou pela valorização e reforço da liberdade de escolha e capacidade de autodeterminação do indivíduo. Apesar das conquistas alcançadas, nomeadamente, a legalização da Interrupção Voluntária para a Gravidez, a facilitação do acesso à Procriação Medicamente Assistida e a legalização da cannabis para fins medicinais, é necessário não baixar os braços e continuar na defesa por políticas de promoção dos direitos de todos os cidadãos:

É, POIS, TEMPO DE AGIR PARA:

- » Propor a legalização e regulamentação do consumo recreacional e produção de drogas leves, principalmente a cannabis, almejando assegurar uma distribuição segura deste tipo de drogas;
- » Continuar a lutar pela regulamentação do trabalho sexual, combatendo o mercado paralelo e assegurando dignidade profissional aos trabalhadores do sexo;
- » Defender a legalização da morte medicamente assistida de indivíduos que, na posse das suas plenas capacidades mentais e psicológicas, optem, de forma

- » consciente, pela decisão de colocar termo à vida, não desejando prolongar o sofrimento inerente a um estado ou doença permanentes;
- » Promover campanhas de informação acerca do Testamento Vital para que toda a pessoa, maior de idade e psiquicamente apta, de forma voluntária consciente e livre, possa expressar antecipadamente a sua vontade;
- » Prosseguir com a expansão do acesso à procriação medicamente assistida;
- » Reforçar a melhoria do regime jurídico da gestação de substituição, permitindo uma melhor compensação enquanto se evita a comercialização da maternidade;

08

AGIR POR MAIS POLÍTICAS DE JUVENTUDE, ASSOCIATIVISMO E CULTURA

VALORIZAR O ASSOCIATIVISMO

O associativismo juvenil tem sido uma importante força motriz da sociedade portuguesa. O trabalho que estas instituições desenvolvem permitem criar oportunidades à participação cívica, à capacitação e empoderamento da nossa geração, sendo promotoras de aprendizagens e de competências diversas à Juventude. Além disso, cumprem um papel absolutamente indispensável de representação dos jovens junto de diferentes decisores políticos e, frequentemente, têm um papel decisivo na afetação e desenvolvimento das comunidades onde se inserem. Todos nos recordamos de importância que este movimento teve em muitos momentos da nossa História e como foram impulsionadores de progresso para toda a sociedade.

É, aliás, com base no progresso da sociedade e no papel decisivo que o Associativismo pode ter nesse caminho, que a Juventude Socialista olha para o Associativismo. Infelizmente, nos dias de hoje, temos assistido a uma quebra no número de Associações Juvenis inscritas no Registo Nacional do Associativismo Juvenil (RNAJ).

Nesse sentido, entendemos que a Juventude Socialista deve procurar medidas que possibilitem a criação e sobrevivência destas instituições de extrema importância na vida das comunidades. Devemos acelerar a criação de novas associações e incentivar a participação de jovens em associações e grupos informais de jovens.

Acreditamos, também, na essencialidade do movimento associativo estudantil enquanto veículo de representação legítima e democrática dos estudantes.

Reforçamos a necessidade de incentivar a existência de instrumentos de congregação destas associações que permitam a partilha de boas práticas. Mais, acreditamos na produção de projetos que estimulem a co-gestão e a co-produção por parte dos jovens, afirmando a premissa da indispensabilidade dos mesmos na participação de projetos comuns.



Sabemos que esta visão não se afirma por geração espontânea e, para que isso seja exequível e se torne uma realidade, **ENTENDEMOS NESTE TEMPO DE AGIR PROPOR:**

- » Estabelecer uma política de proximidade com as associações de estudantes, culturais, sociais e juvenis;
- » Garantir melhores condições de financiamento e reconhecimento das associações juvenis;
- » Defender a revisão da Lei do Voluntariado para valorizar o exercício do voluntariado nas organizações de jovens;
- » Simplificar e inovar no procedimento inerente ao registo das associações no RNAJ;
- » Preservar a relevância das associações juvenis e estudantis na distribuição dos fundos para a Juventude, face às associações não juvenis / de carácter juvenil;
- » Atualizar o estatuto de dirigente associativo, por forma a possibilitar a semi-profissionalização destas funções;
- » Potenciar o associativismo municipal, reforçando e valorizando a implementação de cartões jovens municipais;
- » Dinamizar o Cartão Jovem, através da aplicação de mais ofertas, designadamente na área cultural;
- » Reverter a fusão do Instituto Português do Desporto (IPD) e Instituto Português da Juventude (IPJ), garantindo a existência autónoma destas instituições.
- » Defesa de que a pasta da Juventude seja, na orgânica do Governo, autonomizada do Desporto e colocada sob a alçada da Presidência do Conselho de Ministros.

CULTURA PARA TODXS

A Juventude Socialista sempre entendeu a cultura como motor de desenvolvimento civilizacional e como veículo indispensável da produção de conhecimento, individual e comunitário. Reconhecemos a importância do património cultural, não apenas enquanto conjunto de construções imóveis, mas também aquilo que nas comunidades é intangível ou imaterial e que nos foram deixados ao longo do tempo. Deste modo, o património cultural assume um papel extremamente importante na nossa identidade, enquanto indivíduos e das comunidades, pois esta identidade é-nos garantida através da memória.



A criação cultural pode exigir muitas vezes novidade e rupturas, mas a criação cultural e artística faz-se indubitavelmente em diálogo com a herança cultural e com o conhecimento dos tempos que nos antecederam. Há uma enorme necessidade de preservar o património e a memória. Exige-se um compromisso, de modo a assegurar que os monumentos, os lugares, o património construído, a pegada humana, as gentes, as comunidades e as paisagens sejam elementos ativos de conhecimento mútuo e de compreensão entre todos. Em suma, que o património cultural se assuma como fator de diálogo na diferença, de desenvolvimento e de diversidade.

É permanentemente necessário lançar as sementes do conhecimento e compreensão do património cultural, como fator de inovação e de criatividade, de paz e de democracia. Todos têm o direito de se implicar cultura, segundo as suas escolhas, como expressão do direito a tomar parte livremente na vida cultural. É de extrema importância a promoção da participação dos cidadãos na sua preservação, construção e difusão cultural.

É com esta consciência da importância da cultura e do património cultural, material e imaterial, para o desenvolvimento do indivíduo e da comunidade que, nos últimos anos, o governo do Partido Socialista aumentou as dotações em sede de Orçamento do Estado,

permitindo reforçar a missão de democratização e dinamização da Cultura em Portugal, por via de maior apoio às Artes Performativas, aos Museus e ao Património Cultural, ao Cinema e ao Audiovisual e à Literatura.

O investimento, embora aumente paulatinamente ano após ano, tem-se revelado insuficiente para fazer face às necessidades e ambições de um país que pretende, por um lado, oferta cultural acessível para todos/as e, por outro, dar dignidade no trabalho aqueles que escolheram fazer da Cultura a sua profissão.

POR ISSO, É TEMPO DE AGIR PARA DEFENDER:

- » Alcançar, até ao final desta legislatura, uma dotação de 2% na componente discricionária do Orçamento do Estado (OE) para a Cultura;
- » Densificar a estrutura orgânica do Ministério da Cultura, autonomizando-a da Presidência do Conselho de Ministros;
- » Criar uma plataforma online que promova o cinema português de fácil acesso para todos;
- » Estabelecer a gratuidade de todas as visitas de museus e equipamentos culturais em contexto de “Visita Escolar de Estudo”.



- »» Continuar a investir e incentivar o alargamento da Rede Portuguesa de Museus;
- »» Desenvolver uma Rede de Residências Artísticas por todo o país;
- »» Reforço das competências e dos meios das Direcções Regionais de Cultura;
- »» Renovar os quadros técnicos dos equipamentos culturais, incluindo através de estágios profissionais para jovens recém-licenciados;
- »» Reforçar o financiamento ao setor do cinema, designadamente renovando as políticas de atribuição de fundos do ICA;
- »» Apoiar a criação e produção artística local, através da inventariação sistemática de criadores;
- »» Promover o apoio por parte das autarquias a artistas de rua e eventos culturais ao ar livre;
- »» Criar um programa gratuito de acesso a todos os Museus aos jovens até aos 30 anos.

DESPORTO

Pensar e falar em desporto é pensar e falar em saúde, física e mental. Por isso quando constatamos que Portugal figura nos primeiros lugares da lista de países da UE em que menos se pratica desporto e tem, segundo a OCDE, a quarta maior taxa de excesso de peso do mundo (e a maior da Europa, juntamente com a Finlândia), estamos a falar de um desafio relevante para a nossa saúde pública.

Essa tem sido uma prioridade crescente da nossa geração, não podendo ser considerado uma moda ou construção social. Temos, ainda, de dignificar os percursos de todos aqueles que dedicam parte do seu tempo a esta atividade, granjeando resultados e feitos absolutamente históricos em competição ou promovendo a nossa saúde e a coesão das nossas sociedades na organização destas atividades.

É urgente, pois, que a Juventude Socialista se junte à nossa geração numa reflexão profunda e ação concertada para promover o desporto e a atividade física. **NESTE SENTIDO, É TEMPO DE AGIR EM FAVOR DE:**

- »» Rever o Estatuto Estudante-Alela e o Estatuto de Alela de Alto Rendimento;
- »» Criar reais condições para praticar desporto de alto rendimento e prosseguir os estudos universitários ao mesmo tempo,



nomeadamente através da possibilidade de acompanhar grande parte da atividade letiva via digital.

- »» Majoração nos subsídios atribuídos pelas Autarquias e IPDJ aos clubes que inscrevam atletas do sexo feminino;
- »» Criação de um Plano Nacional de Acesso ao Desporto, que permita que todos os jovens, independentemente da sua situação económica e social, possam praticar a modalidade desportiva da sua preferência;
- »» Valorização da Educação Física nos currículos escolares e do Desporto Escolar, desde o pré-escolar ao secundário;
- »» Melhoria das condições atribuídas ao desporto adaptado;

09

AGIR POR UMA DIGITALIZAÇÃO JUSTA

É **TEMPO DE AGIR** com vista a uma sociedade justa, inclusiva e preparada para os desafios que a sociedade digital já está a trazer. É sabido por todos as enormes oportunidades que o digital promete à nossa sociedade. Portugal tem, aliás, muito beneficiado disso nos últimos anos. Enquanto primeiras gerações que são nativas a um mundo digital, cabe aos jovens socialistas defenderem uma efetiva transição digital.

Todavia, os últimos anos demonstram bem os riscos e desigualdades inerentes à digitalização. Estas são desigualdades que incidem sobre o território, sobre diferentes gerações e estratos sociais mas também riscos transversais, como os que se colocam ao nosso convívio em sociedade e em democracia.

Neste **TEMPO DE AGIR**, entendemos por isso que a Juventude Socialista defende defender uma transição digital tão rápida quanto justa e onde ninguém fique para trás.

TRANSIÇÃO DIGITAL PARA A REFORMA EDUCATIVA

Apenas poderemos aproveitar as oportunidades da transição digital se conseguirmos fazer uma reforma educativa de acordo com aquilo que será o futuro. Acreditamos que uma oferta educativa eficiente e eficaz passará sempre pela inovação nos métodos de ensino, seja pela formação em novas tecnologias para profissionais do ensino, ou pela adaptação de diferentes conteúdos programáticos, de maneira a proporcionarmos aos jovens uma educação mais adaptada às suas necessidades e estilo de vida.

A revitalização educativa é necessária para potenciar o sucesso académico. Desta forma, seremos capazes de preparar os nossos jovens para o futuro, contribuindo para um sistema de ensino atual e que permita elevar o nível geral de conhecimento da sociedade.

VENCER O FUTURO



É TEMPO DE AGIR, PARA:

- » Capacitar as escolas com infraestruturas e equipamentos tecnológicos;
- » Dinamizar as metodologias e ferramentas de ensino;

TRANSIÇÃO DIGITAL PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E SMART CITIES

O Estado deve ter os seus serviços ao alcance do cidadão e das empresas, assegurando uma administração mais eficiente, inclusiva, capacitada e próxima. É centrado nas pessoas que temos como prioridade a modernização administrativa. A alienação dos cidadãos face às instituições do Estado excessivamente burocráticas dificulta a participação na vida coletiva, introduzindo constrangimentos ao normal decurso da vida de todos nós.

No paradigma de hoje esta realidade estende-se também às nossas comunidades. O espaço urbano deve ser desenhado de forma a proporcionar as melhores condições para o desenvolvimento de cada indivíduo em comunidade. O processo de transição digital deve, por isso, traduzir-se na edificação de cidades nas quais exista facilidade de acesso a serviços e mobilidade, projetando também assim cidades mais sustentáveis.

Para colocar a transição digital ao serviço das comunidades e da modernização do Estado, **É TEMPO DE AGIR PARA:**

- » Apostar em serviços públicos digitais, desburocratizados e que comuniquem entre si;
- » Facilitar o acesso digital a informação e recursos relativos ao funcionamento das várias Instituições Públicas;
- » Promover a utilização das novas tecnologias no planeamento das cidades e dos serviços urbanos associados;
- » Criar uma rede de cobertura nacional de acesso a redes wi-fi, tendencialmente gratuita;

LITERACIA E COMPETÊNCIAS DIGITAIS

O acesso ao Digital, em igualdade de oportunidades, só é possível com a capacitação de todos para a utilização das ferramentas disponíveis. Defendemos o direito à literacia e às competências digitais como forma de cumprir o direito à educação na era digital, defendendo uma geração mais qualificada e capaz de exercer em maior consciência os seus direitos, deveres e atividades.



Nenhum jovem será capaz de se realizar plenamente, quer na sua vertente profissional, quer na sua dimensão pessoal, se não estiver devidamente capacitado para a era digital. Tal implica não apenas ter acesso ao conhecimento, mas também ser capaz de o explorar se assim o entender. Como socialistas, assumimos a dimensão que a literacia e a aquisição de competências têm e devem ter, num conceito alargado de Escola Pública, para corrigir as assimetrias de oportunidades e, assim, ser capaz de permitir aos cidadãos e cidadãs da República Portuguesa concretizar o seu potencial.

É, PORTANTO, TEMPO DE AGIR PARA:

- » Todos os jovens em Portugal sejam capazes, num horizonte temporal de 5 anos, de dominar os conteúdos essenciais da era digital;
- » O acesso tendencialmente gratuito a formação nas competências digitais, seja assegurado a todos os jovens;

ESTADO DE DIREITO DIGITAL

Face ao desenvolvimento da sociedade digital, surge também um novo paradigma que tem de ser estruturado. O direito à proteção dos dados pessoais e a garantia do direito à privacidade e à intimidade são princípios fundamentais que têm de ser assegurados neste novo mundo digital, definindo medidas preventivas e total transparência de como serão armazenados e para que fins podem, estes dados, ser utilizados.

Assistimos, ainda, a uma monopolização do desenvolvimento tecnológico e do comércio eletrónico, sendo frequente que, para usufruir destes bens e serviços, o utilizador seja sujeito à obrigação de aceitação de termos e condições em bloco para a navegação online. Quer para a proteção dos consumidores, quer para a necessidade de outras empresas poderem surgir, será necessário regulamentar, em linha com a União Europeia, devidamente este mercado digital que transcende fronteiras.

Já no âmbito social, a não tributação das empresas tecnológicas multinacionais não pode ter lugar numa sociedade de direitos, em que todos contribuem na sua medida, como aquela que idealizamos, defendemos e acreditamos.

NESSE SENTIDO, É TEMPO DE AGIR PARA:

VENCER O FUTURO



- » Criar regulamentos que visem a proteção do utilizador enquanto pessoa individual, restringindo o modus operandi de algoritmos altamente invasivos que muitas das vezes selecionam o conteúdo com base na pesquisa individual;
- » Trazer à discussão os limites da exploração de informação e até onde pode a tecnologia ir para facilitar a vida de cada cidadão sem colocar em causa os seus direitos, liberdades e garantias;
- » Construir um mercado digital justo para todas as empresas, impedindo simultaneamente a concorrência fiscal desleal entre estados, uma vez que o mercado digital transcende fronteiras.



10

AGIR POR UM TERRITÓRIO COESO

A coesão social é indissociável da coesão territorial, deve, assim, ser objetivo deste mandato uma valorização do país na sua unidade – das regiões periféricas do interior às regiões ultraperiféricas insulares. Advogamos pela mobilidade e o domínio infraestrutural como modelos de aproximação das várias regiões, suportados por uma organização territorial e administrativa de proximidade, dotada de competências e meios, que não esquece a cooperação transfronteiriça, essencial para a alavancagem da raia enquanto centro privilegiado de contacto entre Portugal e Espanha.

É urgente que o território esteja no centro das políticas públicas, olhado com pragmatismo e cabalmente desenvolvido pelas suas potencialidades, só assim conseguindo esbater os vários desequilíbrios regionais e superandos os tremendos desafios decorrentes de duas faixas territoriais díspares – a das áreas metropolitanas e a do resto do país.

É **TEMPO DE AGIR** na demografia e em relação ao crónico despovoamento das regiões de interioridade, na promoção das acessibilidades intermunicipais, na valorização de estruturas intermédias de proximidade, na reabilitação e eletrificação da ferrovia, na desconcentração de serviços e entidades para onde de facto faz sentido estarem sediada,

num olhar novo para a floresta.

Defendemos e incentivamos a Regionalização enquanto instrumento que reforça a representatividade e aumenta o poder de decisão e investimento ao serviço das diferentes populações e territórios. Não estamos disponíveis para esperar pela caducidade de certos titulares de órgãos de soberania quando é o modelo centralista que já está plenamente caduco. Pugnamos por este molde administrativo como passo para a implementação de estratégias regionais de desenvolvimento que respeitem e valorizem as idiossincrasias das regiões e consigam realizar o seu pleno potencial.

NESSE SENTIDO, É TEMPO DE AGIR PARA:

- » Dar expressão em propositura ao Roteiro da Coesão Territorial concluído em 2018;
- » Promover a cooperação transfronteiriça entre estruturas da JS e da JSE;
- » Definir um plano de batalha política para a conquista da regionalização;
- » Acentuar a descentralização das atividades nacionais, incluindo reuniões executivas.

VENCER O FUTURO

11 AGIR NO PODER LOCAL

O poder local democrático foi uma das maiores conquistas do 25 de Abril que permitiu que Portugal se reencontrasse com a sua vocação historicamente municipalista. Num país que ainda tem um dos maiores índices de centralização política e administrativa da Europa, as autarquias locais têm sido um motor de desenvolvimento social, económico e cultural ao nível local, tendo assumido uma importância capital em promover muitas das mais importantes conquistas sociais dos últimos 40 anos em todo o território nacional, que constituíram a primeira geração de políticas públicas autárquicas em Portugal.

O poder local democrático deu também a possibilidade às populações de participarem diretamente e de assumirem responsabilidades na vida coletiva e na condução dos destinos dos seus concelhos e freguesias, no quadro das competências que se encontram legalmente atribuídas às autarquias nos princípios da subsidiariedade, da complementaridade e da prossecução do interesse público.

Ao longo dos últimos anos, as autarquias locais foram assumindo um papel crescente

na gestão e ordenamento do território, na regulamentação da atividade económica, na intervenção sociocultural, na educação, e em matéria ambiental, o que prova o êxito do poder local na definição e concretização de políticas públicas nos seus concelhos e na proteção dos direitos e interesses de todos os cidadãos que neles habitam, trabalham e estudam. A atual crise pandémica e a crise económica dela resultante vão exigir das autarquias um esforço acrescido em diversos domínios, num exercício de governação local arojado e desafiante.

A Juventude Socialista defende um modelo de gestão autárquica que seja inclusivo e participado, isto é, que crie dinâmicas de participação direta e de envolvimento da população nos processos de decisão, valorizando ao mesmo tempo o papel dos eleitos locais, e que tenha um papel decisivo no combate às desigualdades sociais, na eliminação das armadilhas de pobreza e de exclusão social e que consiga reduzir as assimetrias de desenvolvimento económico e territorial existentes. Um modelo de gestão autárquica, à Esquerda, baseado nos nossos valores e princípios, nunca se poderá compadecer

VENCER O FUTURO



com a desigualdade, construindo projetos inclusivos com e para tod@s. Um modelo de gestão autárquica à Esquerda deve assumir uma postura crítica e exigente, mas nunca de desresponsabilização face ao Estado Central, assumindo um papel ativo na atração de investimento e na fixação de pessoas e empresas, assim como em matéria de requalificação urbana. Em suma, um modelo de gestão autárquica à Esquerda é aquele que assume as suas responsabilidades em resolver os problemas das pessoas e em intervir ativamente sobre o território, promovendo as transformações sociais necessárias para melhorar a qualidade vida dos cidadãos.

Na sequência das eleições autárquicas de 2017, os portugueses entenderam dar ao Partido Socialista o mandato para governar uma ampla maioria das autarquias no nosso país. Esses resultados foram, em grande medida, uma prova inequívoca da avaliação profundamente positiva que os portugueses fizeram da gestão autárquica e da proximidade que o Partido Socialista conseguiu corporizar na sua governação à frente das autarquias que já tinha conquistado em 2013, mas também de um reconhecimento do mérito das equipas e dos projetos autárquicos apresentados nos concelhos em que era oposição.

A atual implantação territorial do PS é inegavelmente um dos seus maiores ativos, o que

nos confere uma responsabilidade acrescida. Nunca um partido governou tantas autarquias na história do Poder Local Democrático como o PS governa agora e por isso mesmo, mais do que nunca, a JS tem a oportunidade histórica de, através dos seus eleitos, ajudar a transformar a sociedade, em todos os concelhos e freguesias do país. O reforço desta base estrutural da JS deve ser encarado como um desafio para 2021, bem como contribuir em toda a linha para que o PS se mantenha como o grande partido autárquico em Portugal e, se possível, reforçando o número de presidências de câmara e de juntas governadas pelos socialistas.

Contudo as eleições autárquicas do próximo ano constituem um enorme desafio para o Partido Socialista. Num momento particularmente difícil, devido ao contexto pandémico que atravessamos, e num quadro de crescente instabilidade política, em que o PS desempenha funções governativas ao nível nacional, importará assumir uma linha política que responda sem equívocos às dificuldades do presente, sem com isso deixar de preparar o futuro.

Estas eleições assumem nova dificuldade perante o facto de serem as primeiras em que irão concorrer novos partidos à direita, que conquistaram representação parlamentar em 2019, nomeadamente a extrema-direita, à qual a JS deverá dar uma luta sem quartel.

VENCER O FUTURO



Sendo ainda imprevisível quanto tempo mais a pandemia irá durar, estas eleições poderão também ficar marcadas por uma necessidade de reinventarmos a nossa forma de fazer campanha e de interagirmos com os cidadãos. A Juventude Socialista e as suas estruturas locais, quer de base federativa ou concelhia têm sido um exemplo, na forma como conseguiram adaptar a sua actividade à realidade pandémica. Assim, inspirados neste modelo arrojado de tentar chegar a cada vez mais militantes, teremos uma prova de fogo nas próximas autárquicas. Devemos, independentemente, das limitações sanitárias, que possam haver aquando das Eleições Autárquicas, continuar a explorar o potencial das redes sociais para chegarmos ao maior número de cidadãos.

De qualquer modo, a JS terá de se preparar com antecipação para estas eleições autárquicas. Deve ser um objectivo nosso, contribuir em toda a linha para que o PS se mantenha como o grande partido autárquico em Portugal e se possível reforçando o número de câmaras com presidentes socialistas. Contudo, estas autárquicas devem ser percursoras do reforço da base autárquica da Juventude Socialista. Um pouco por todo o país vemos cada vez mais autarcas jovens socialistas. O reforço desta base estrutural da JS deve ser encarado como um desafio para 2021.

NESSE SENTIDO, É TEMPO DE AGIR PARA:

- » Relançar a organização dos Jovens Autarcas Socialistas antes das eleições autárquicas;
- » Ir para o terreno contactar com a população, no que não se pode limitar a uma ação fugaz nos escassos meses que antecedem o ato eleitoral;
- » Promover um roteiro que assinale boas práticas autárquicas, em particular as realizadas por ou a sugestão de autarcas jovens;
- » Desenvolver de forma participada um Manifesto Autárquico Jovem que afirme uma visão jovem socialista sobre o poder local e a gestão do território.

É sabido que existe um ciclo vicioso de subrepresentação dos jovens na política a vários níveis. Os elevados níveis de abstenção jovem em eleições levam a que muitas vezes os decisores políticos desistam de construir uma mensagem política dirigida aos jovens e de segmentar e calibrar as suas políticas a pensar também nesse segmento populacional. Por sua vez, os jovens tendem a desistir da política partidária e institucional, pelo facto de os programas e as políticas não atenderem aos seus problemas específicos. Continuamos a poder observar, de um modo



geral, o grande défice que ainda existe na participação dos jovens nos órgãos do Poder Local. Apesar de, nos últimos anos, se ter verificado uma evolução positiva no que respeita à integração de jovens nas listas autárquicas, acreditamos que esta subrepresentação ainda subsiste e que há ainda um longo e difícil caminho a percorrer para inverter este panorama.

Os jovens são uma parte significativa da população em muitos dos nossos concelhos e, como tal, têm o direito e o dever de ter uma palavra a dizer sobre a sua comunidade, tendo o direito a construir aquilo que também é o seu futuro. É, ao nível local que o vínculo entre representantes e representados se faz sentir mais intensamente. Os autarcas da JS têm demonstrado ser uma mais valia para a implantação autárquica do PS e têm sabido fazer a diferença, um pouco por todo o país, elevando o sentimento de representação política dos jovens nos órgãos autárquicos. Consideramos que esse caminho deve continuar a ser aprofundado, porque os autarcas da JS serão sempre mais eficazes a fazer chegar a nossa mensagem aos jovens e a dar voz às preocupações da nossa geração nos órgãos autárquicos.

É POR ISSO QUE É TEMPO DE AGIR PARA:

» Afirmar que a renovação dos projetos autárquicos do Partido Socialista passa também pela renovação dos seus

protagonistas, dando oportunidade aos jovens socialistas;

- » Pugnar por um reforço do número de jovens socialistas candidatos a e eleitos para órgãos autárquicos;
- » Desafiar jovens socialistas a encabeçarem listas a autarquias locais, seguindo as pisadas de vários autarcas jovens na história do PS;
- » Promover a ligação entre o associativismo estudantil e juvenil nas candidaturas autárquicas.

Portugal é um dos países europeus com maior grau de centralização política e administrativa. O atual quadro de transferência de competências do Estado Central para as autarquias locais e comunidades intermunicipais pretende inverter esta tendência. Acreditamos que esta reforma verdadeiramente estrutural irá promover serviços públicos de proximidade, baseando-se no princípio da subsidiariedade, bem como o reforço da coesão territorial e da racionalidade, da eficiência e da eficácia da gestão dos recursos públicos, com ganhos evidentes para a qualidade de vida dos cidadãos. A Lei estabelece igualmente um processo gradual de aceitação destas competências, o que é indispensável para capacitar os municípios para uma reforma desta dimensão.

VENCER O FUTURO



POR ISSO, É TEMPO DE AGIR PARA:

- » Valorizar e promover a transferência de competências;
- » Garantir que esta reforma se faça acompanhar da necessária transferência de recursos adequados ao exercício das competências descentralizadas;
- » Repartir de forma justa as verbas do Fundo de Financiamento da Descentralização.

Se olharmos para a forma como se encontra concebido o sistema político e eleitoral ao nível das autarquias locais, não encontramos a mesma lógica parlamentarista que caracteriza constitucionalmente o regime político em que vivemos. De facto, a arquitetura institucional do Poder Local assume um pendor tendencialmente mais presidencialista, em que o órgão deliberativo se encontra reduzido ao papel de ratificar ou não as decisões do órgão executivo, com poderes de fiscalização diminutos e com pouca ou nenhuma iniciativa deliberativa. Esta enorme desproporção de poder entre os dois órgãos é contraproducente do ponto de vista da lógica de pesos e contrapesos que deve estar subjacente a qualquer sistema político. Acresce a este facto a quase inexistente autonomia funcional e financeira das assembleias municipais em relação aos órgãos executivos, o que invoca um problema de transparência e um insanável

conflito de interesses, em que quem fiscaliza se encontra dependente de quem deve fiscalizar.

POR ISSO É TEMPO DE AGIR PARA:

- » Defender a reforma do atual modelo orgânico do Poder Local que coloque as assembleias municipais no centro do sistema político ao nível autárquico.

12 AGIR PELO PROGRESSO GLOBAL

A Juventude Socialista é e continuará a ser uma organização internacionalista, anti-imperialista e pacifista nas relações internacionais. Assumindo os princípios de solidariedade e cooperação dos trabalhadores de todo o mundo para a construção do socialismo democrático em cada país.

Assentes nestes valores, os jovens socialistas têm apoiado diferentes causas internacionais ao longo dos tempos desde as lutas pela autodeterminação dos povos, até à intransigência no que concerne à igualdade em todas as suas dimensões. Defendemos, hoje mais do que nunca, a pluralidade e a multiculturalidade como instrumentos de inclusão das nossas comunidades, respeitando o princípio básico que a solidariedade desempenha no modelo social-democrata de organização da sociedade.

UMA UNIÃO PARA A DÉCADA

A União Europeia constituiu um processo claro de paz, cooperação e integração no Velho Continente, tendo contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento do nosso país. A causa Europeia é uma marca identitária da Juventude Socialista. Todavia, a última década demonstraram uma Europa em impasse que, nos momentos de maior fragilidade, opta pela frugalidade, deixando a solidariedade e o modelo social europeu para trás.

Precisamos de ser protagonistas de uma nova ambição para a União Europeia. Acreditamos que devemos afirmar uma Europa de valores, assente num modelo justo de desenvolvimento económico e social, capaz de realizar respostas progressistas aos desafios da desigualdade, do digital e das alterações climáticas. Apenas conseguiremos fazer da Europa uma espaço de direitos comuns e prosperidade partilhada se ela for uma Comunidade de Povos. Essa comunidade apenas será possível quando os dividendos da integração europeia forem justamente repartidos entre todos e, também, entre a nossa geração.

VENCER O FUTURO



A União Europeia dos jovens socialistas é, por isso, um espaço político onde as instituições representam verdadeiramente os cidadãos e no qual o interesse comum prevalece sobre os interesses individuais. A força da comunidade europeia será tanto maior quanto a força da sua cooperação. Nesse sentido, defendemos a eleição direta do Presidente da Comissão Europeia e iniciativa legislativa no Parlamento.

Esta visão deve, de igual modo, favorecer o estímulo a uma Europa Social centrada na salvaguarda da dignidade humana e na igualdade de oportunidades independentemente das condições em que cada um se encontra. Devemos favorecer a solidariedade por oposição à indiferença. Para tal, o espaço europeu deve constituir-se como sinónimo de integração, tolerância e valorização da diversidade.

Também não nos alheamos de impulsionar novas conquistas do nosso tempo. O território comum deve ser capaz de dinamizar uma agenda que acentue a reforma sustentável dos meios de produção e dos hábitos de consumo, conjugando esses esforços com o progresso da transição sustentável, que apenas fará sentido se for guiada pela ética, e pela regulação do espaço digital na comunidade idêntica àquela que preconizamos.

Por último, visionamos uma UE mais coesa, com uma verdadeira união económica imprescindível a um projeto europeu único. Urge reparar a capacidade da economia europeia convergir, enquanto reformamos as regras fiscais, protegendo o investimento público para que a disciplina orçamental nunca é feita à custa das futuras gerações. Apenas com a concretização de uma união solidária conseguiremos acabar com os modelos falhados da austeridade e projetar um caminho de progresso e de futuro para todos os europeus.

AGIR NO MUNDO

A aldeia global em que habitamos criou um mundo mais desigual, ficou mais fácil deslocalizar o trabalho, como se o mundo fosse composto por uma maioria de pessoas usadas e depressa substituídas. É por isso que a Juventude Socialista acredita que precisamos de uma política externa verdadeiramente humanista, assente no reforço dos movimentos trabalhistas globais, na diversificação das relações externas, e defesa intransigente pela autodeterminação dos povos.

A Juventude Socialista é defensora do Estado de Direito e da Democracia, inamovível na defesa dos direitos fundamentais do Homem e do Direito Internacional. Através do diálogo poderemos alcançar o desígnio da paz, e assim pugnamos pelo fim dos regimes

VENCER O FUTURO



de exceção, que sob pretexto da luta contra a pandemia cresceram no mundo. Conscientes que a democracia se constrói na força da vontade popular, lutamos contra os fascismos e as plutocracias, que centralizam essa força no primado das armas e do capital, ao arrepio dos consensos internacionais. Consideramos que o multilateralismo representa o instrumento político mais eficaz para assegurar a democracia, pois importa que o sistema internacional e judicial aumente a transparência dos seus processos, com canais de comunicação capazes de chegar a todos.

Enquanto internacionalistas estamos determinados a fazer-nos ouvir nas plataformas multilaterais, designadamente junto do universo das Nações Unidas, onde se destaca a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, bem como com enfoque especial para a CPLP e no Atlântico Norte, porque nelas compartilhamos os princípios da tolerância e as nossas constantes diplomáticas. Por um lado, reforçamos a proximidade com lusofonia para estreitar laços políticos, económicos, com vista a concluir o acordo sobre livre circulação. Por outro lado, renovamos o nosso empenho na NATO e na cooperação em matéria de defesa, como instrumento de soberania e valorização económica nacional. Olhamos por isso com esperança para que uma Administração Biden possa contribuir para o aprofundamento das nossas relações com os Estados Unidos.

É, POR ISSO, TEMPO DE AGIR PARA:

- » Assegurar uma participação plena, participada e transparente da JS nas Young European Socialists e International Union of Socialist Youth;
- » Promover a dinamização de estruturas de representação, a nível da juventude e da nossa família política, no espaço da CPLP, no espaço ibero-americano e no espaço Atlântico Norte;
- » Afirmar novas bandeiras no plano global e regional.

13

AGIR POR UMA UMA AUTONOMIA VALORIZADA

Frutos de abril de 1974 e consagradas na Constituição da República de 1976, as autonomias políticas dos Açores e da Madeira constituem-se como fatores de coesão e unidade nacional.

Para a Juventude Socialista, a Autonomia, como forma democrática e moderna de “livre administração”, é a melhor e mais digna forma de honrar a História, corresponder às aspirações históricas e garantir o Desenvolvimento das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A Autonomia, para além de autogoverno e afirmação da Dignidade, é a melhor e mais justa forma de promover o desenvolvimento e o bem-estar. A Autonomia não só corresponde a uma legítima ambição, como representa o período de maior progresso e de desenvolvimento social e económico das Regiões, tendo, ainda, sido decisiva para a construção e consciência da identidade regional.

É certo que, sobretudo nos últimos anos, as Autonomias têm conhecido profundas e estruturais reformas, aperfeiçoamentos e

consolidação, desde o nível institucional e de competências, aos níveis fiscal, de política de rendimentos, de participação política e de regras eleitorais, e da consagração, estatutária e legislativa, dos direitos dos cidadãos.

Todavia, entende-se que, como processo evolutivo e dinâmico, a Autonomia pode e deve ser aperfeiçoada, através de um procedimento consensual, participado e sufragado que, para além de reforçar o direito à especificidade e identidade e consolidar as competências políticas, legislativas e administrativas, garanta também, cada vez mais, os direitos de audição e participação, ao nível da República, da União Europeia e das diversas instâncias internacionais, conforme é hoje exigência dum mundo cada vez mais globalizado.

NESSE SENTIDO, NESTE TEMPO DE AGIR, PRETENDEMOS:

- » Aprofundar as Leis de Finanças Regionais, reforçando os poderes fiscais e a capacidade de endividamento em momentos de crise;

VENCER O FUTURO



- » Valorizar os produtos regionais através da certificação e proteção da proveniência e da sua promoção como marca de qualidade;
- » Apostar e incentivar a economia do mar, incluindo o apoio ao empreendedorismo, a formação profissional e a renovação das frotas pesqueiras;
- » Dotar as Regiões Autónomas de melhores serviços de mobilidade, pugnando, designadamente, pelo reforço dos voos entre Porto Santo e o Continente, a manutenção da ligação marítima Madeira–Porto Santo, no mês de janeiro, a implementação da ligação marítima Madeira–Continente e o reforço de ligações à Europa, EUA e outras regiões atlânticas;
- » Lutar por preços mais acessíveis na mobilidade das populações insulares, reestruturando o Estatuto de Passageiro Residente com aplicação da tarifa de estudante no ato imediato da compra e a criação de um pacote de 2 viagens ida e volta por ano, para cada residente, entre cada Arquipélago e Portugal continental, ao preço fixo tabelado para estudantes;
- » Simplificar o processo de reembolso do Subsídio Social de Mobilidade para residentes, com a possibilidade de requisição online;
- » Promover o acesso dos estudantes insulares ao Ensino Superior, designadamente através da criação de contingente para o estudante insular no acesso a residências universitárias;
- » Promover a efetivação do direito ao acesso a cuidados de saúde especializados em todas as ilhas dos Arquipélagos, criando um serviço itinerante de médicos especialistas, segundo uma agenda articulada com as respetivas Unidade de Saúde de Ilha;
- » Envidar esforços para a criação do Conselho Europeu de Jovens Socialistas das Regiões Ultraperiféricas, albergando as 9 Regiões Ultraperiféricas pertencentes à União Europeia (Madeira e Açores (Portugal), Canarias (Espanha), Guyane Française, Guadeloupe, Martinique, Réunion e Saint-Martin (França));
- » Encorajar a criação do Tribunal da Relação dos Açores e da Madeira, eliminando a dessincronia institucional existente entre a organização do poder político e a organização judiciária.

14



AGIR POR UMA JS DE CAUSAS



A Juventude Socialista deve ser a casa comum para todos aqueles que querem construir por nossas mãos uma sociedade sem classes, livre, justa e sustentável.

Conscientes do papel dos partidos e das instituições na efetivação da mudança, queremos mobilizar a nossa geração para fazer a diferença através da participação numa organização política de juventude como a nossa. Todavia, como qualquer organização deste tipo, a Juventude Socialista não está imune a um conjunto de mitos para os quais, diga-se, muitas vezes contribuiu.

Essa ideia enraizada provoca reticências, de vários tipos, que precisamos de desconstruir. Desde logo, a ideia de que a militância numa organização partidária constitui um alienar do pensamento crítico e da capacidade de construção de pensamento próprio, por contraste a “independentes”. **O socialismo democrático não se coaduna com uma militância dependente, nem em termos económicos, nem no pensamento.** Militamos na Juventude Socialista por partilharmos de valores e princípios comuns mas com uma pluralidade que nos enriquece e cuja capacidade de

afirmação faz da Juventude Socialista uma das mais pujantes consciências críticas da sociedade portuguesa.

Para contribuirmos para esta desmistificação, devemos **apostar numa nova forma de fazer política** que valorize e reforce a discussão interna, fomente a proximidade dentro da Juventude Socialista, em particular entre dirigentes e militantes, entre a estrutura nacional e as estruturas de base, e que melhore a articulação entre a JS e a sociedade civil. Entendemos, aliás, que isso é fundamental para tornar as iniciativas políticas da JS mais apelativas numa era de participação multilateral e interativa como a que vivemos. A força da JS reside nos seus melhores ativos, a sua organização de base e os seus militantes. Cabe-nos a nós aproveitar esse potencial enorme para transformar a sociedade e fazer a diferença na vida dos jovens portugueses. **É POR ISSO QUE, NESTE TEMPO DE AGIR, PRETENDEMOS:**

- » Organizar eventos que privilegiem momentos de discussão e trabalho sobre a hegemonia do modelo de conferência;

VENCER O FUTURO



- » Repetir iniciativas como as “Action Week” e os “Action Day”, adaptando estas atividades à nova realidade resultado da pandemia;
 - » Reforçar a rentrée nacional da Juventude Socialista, tendo por base o Summer Fest em Santa Cruz;
 - » Participar em iniciativas da sociedade civil e de movimentos sociais e ativistas, como marchas, protestos e manifestações;
 - » Recuperar o modelo de roteiros temáticos ou semanas federativas, assegurando proximidade da ação política nacional à realidade local dos territórios e dos militantes;
 - » Alargar a participação na ação política nacional da JS, considerando a inclusão de colaboradores em grupos de trabalho setoriais;
 - » Apostar numa dinâmica regular de prestação de contas aos militantes;
 - » Promover a solidariedade entre estruturas e a confraternização entre camaradas;
 - » Voltar a enviar cartões de militante a quem se inscreve na JS, assegurando ainda que todos os militantes que não receberam neste interregno podem exercer o seu direito a receber um cartão;
 - » Desenvolver e disponibilizar um kit de receção ao militante;
 - » Promover a partilha de boas práticas de organização designadamente através da reedição do Encontro Nacional de Concelhias.
- Este compromisso da nossa candidatura tem, ainda, uma expressão na vida democrática interna da JS,** mormente nas Moções Globais de Estratégia. Atualmente a orientação política da JS é definida, em termos concorrenciais, pela Moção Global de Estratégia e pelas moções setoriais. Esta realidade desvaloriza estas últimas e limita a capacidade de cada militante influenciar a agenda política da JS à sua intervenção na construção da Moção Global de Estratégia. Entendemos ser, agora, altura de dar um salto no paradigma, no sentido de maior pluralidade e democracia interna. **POR ISSO, NESTE TEMPO DE AGIR QUEREMOS:**
- » Reservar a Moção Global de Estratégia para uma visão de liderança para a JS, enquanto **a propositura é definida livremente em Moções de Resolução Política;**
 - » Dar força vinculativa a estas Moções, passando também a poder ser alteradas em Congresso;

VENCER O FUTURO



» **Fomentar a discussão política em sede de Congresso**, colhendo o benefício de que discutir autonomamente a propositura sobre cada área torna mais consequente e portanto mais livre a pluralidade construtiva e a sua síntese democrática.

Outros mitos que frequentemente são arremessados a jovens socialistas são, por um lado, da falta de capacitação e preparação técnica e política e, por outro, da falta de representatividade das suas posições. Apesar de sabermos que isso não é verdade, temos a humildade de provarmos errados quem nos pretende discriminar apenas pela nossa idade, valorizando as estruturas de estudos e formação de que a Juventude Socialista já dispõe e apostando na criação de redes temáticas ou setoriais. **NESSE SENTIDO, NESTE TEMPO DE AGIR PRETENDEMOS:**

» **Reforçar o Gabinete de Estudos da Juventude Socialista**, assumindo o importante papel na construção de argumentário denso e maduro sobre as posições da Juventude Socialista;

» Abrir a porta à criação de Gabinetes de Estudos Federativos, que capacitem o trabalho político nesta área como também deem massa crítica ao Gabinete nacional;

» **Autonomizar o Gabinete de Formação**, reconhecendo a relevância da formação política e o seu desenvolvimento deficitário nos últimos anos;

» Preparar um livro como documento estruturante da propositura da JS;

» Fomentar a **criação de redes temáticas e informais**, com prioridade para a Cultura, a Ciência, as Relações Internacionais e as Políticas de Juventude.

A Juventude Socialista organiza-se além das suas estruturas territoriais em organizações autónomas, na área estudantil, laboral e autárquica. Estas organizações cumprem uma importante função de aproximação da sociedade civil, contribuindo inegavelmente para a propositura política da Juventude Socialista. Decorridos 6 anos desde a fusão dos Estudantes Socialistas do Básico e Secundário, a estrutura centralizou-se excessivamente no Ensino Superior, pese embora a importância de promover uma maior adesão do segmento sub-18 para garantir o rejuvenescimento da estrutura.. Desde a criação dos Jovens Trabalhadores Socialistas, há 4 anos, a sua atividade e desenvolvimento são diluídos pela dispersão numa Tendência Sindical sem real atividade. Ainda, a organização de jovens autarcas socialistas em associação de direito privado é uma ficção que limita a flexibilidade e impulso organizativo que essa estrutura precisa para regressar a plena atividade.



ASSIM, NESTE TEMPO DE AGIR, PROPÕE-SE:

- » **Reforçar o Ensino Básico e Secundário na organização dos Estudantes Socialistas**, assegurando paridade entre graus de ensino na Coordenação, Secretariado e representação desta estrutura;
- » **Fundir a Tendência Sindical Jovem Socialista com os Jovens Trabalhadores Socialistas**, assegurando ainda a eleição da liderança destes em Plenários, ao invés da eleição em Comissão Nacional;
- » **Internalizar os Jovens Autarcas Socialistas como organização autónoma**, conferindo-lhe regras de funcionamento semelhantes aos Jovens Trabalhadores Socialistas.

Contudo, todo este esforço de aproximação será infrutífero, se não conseguirmos aproveitar as novas tecnologias para potenciar o trabalho da Juventude Socialista. A tecnologia de que hoje dispomos pode servir à Juventude Socialista para desmaterializar os seus processos, racionalizando prazos e aumentando a eficiência e resposta às necessidades das estruturas e dos militantes da Juventude Socialista. As novas tecnologias revolucionaram ainda a forma como comunicamos uns com os outros, exigindo conteúdos mais

audiovisuais, sucintos e interativos em novas plataformas. Precisamos de um esforço contínuo de aproximação a esta realidade, **PELO QUE NESTE TEMPO DE AGIR QUEREMOS:**

- » **Criar um novo JS Hub e um novo site para substituir os antigos**, assegurando novas funcionalidades como a inscrição digital e a entrega por via eletrónica de listas, declarações de aceitação e atas eleitorais, bem como a abertura de fóruns de discussão política online;
- » **Apostar mais em novos formatos de conteúdo** como vídeo ou podcasts e reforçar a nossa presença no Twitter e Instagram, indo ao encontro da nossa geração;
- » **Transformar o “Jovem Socialista”** como órgão de imprensa num modelo mais atual;
- » **Criar uma plataforma própria de divulgação do trabalho dos eleitos da Juventude Socialista**, em particular dos seus deputados e deputados regionais;
- » **Disponibilizar às estruturas federativas e concelhias** recursos digitais e físicos de comunicação;
- » **Retomar o envio regular de informação de agenda e argumentário** aos dirigentes e militantes da Juventude Socialista;

VENCER O FUTURO



- » Reduzir a utilização de papel e plástico nos nossos eventos e trabalho diário mais possível e pelo menos em 50%;
- » Promover uma atualização geral de dados dos militantes, corrigindo dados desatualizados ou com erros de entrada.

Por fim, devemos ter consciência da necessidade de credibilizar, no plano ético, a atuação da Juventude Socialista. Como nos ensinou António Arnaut, “o socialismo é uma ética”, portanto, não se poderá exigir dos militantes da Juventude Socialista menos do que um cumprimento integral de mais alto padrão de normas éticas. Por essa razão, **desenvolveremos um código de conduta** que permita assegurar o rigor ético na conduta dos nossos militantes, dirigentes e eleitos.

TEMPO DE AGIR!

MOÇÃO GLOBAL
DE ESTRATÉGIA

WWW.TEMPODEAGIR.PT

VENCER O
FUTURO



JUVENTUDE
SOCIALISTA